

Extensão Universitária e Desenvolvimento Territorial: Aprendizados e Experiências Cearenses

Ives Romero Tavares do Nascimento
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Organizadores



**Extensão Universitária e Desenvolvimento Territorial:
Aprendizados e Experiências Cearenses**

**Ives Romero Tavares do Nascimento
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins**
Organizadores

Universidade Federal do Cariri
Juazeiro do Norte/CE
2021

Revisão de texto

Ives Romero Tavares do Nascimento
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins

Projeto gráfico e Diagramação

Lázaro Almeida Galvão

Dados internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

E96	Extensão universitária e desenvolvimento territorial: aprendizados e experiências cearenses / Ives Romero Tavares do Nascimento, Cícera Mônica da Silva Sousa Martins, organizadores ; Projeto gráfico e diagramação por Lázaro Almeida Galvão. – Juazeiro do Norte : UFCA, 2021. 50 p. ; il. color. E-pub. ISBN 978-65-88329-22-1 Universidade Federal do Cariri – Pró- Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Pró- reitoria de Extensão, Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, Juazeiro do Norte, 2021. 1. Extensão universitária. 2. Desenvolvimento territorial. 3. Cariri cearense. I. Nascimen- to, Ives Romero Tavares do. II. Martins, Cícera Mônica da Silva Sousa. III. Galvão, Lázaro Almeida. CDD 378.1554
-----	---

Bibliotecária: Glacinésia Leal Mendonça – CRB 3/925

Os comentários e ideias expressos pelos autores dos textos que compõem esta obra não traduzem, necessariamente, a opinião dos organizadores. Esta obra e seu conteúdo podem ser reproduzidos, desde que citada a fonte.

Como referenciar este e-book:

ABNT

NASCIMENTO, I. R. T. do; MARTINS, C. M. da S. S. (org.). **Extensão universitária e desenvolvimento territorial: aprendizados e experiências cearenses**. Juazeiro do Norte: PRPI/UFCA, 2021. *E-book* (50 p.). ISBN 978-65-88329-22-1. Disponível em: <http://ebooks.ufca.edu.br/catalogo>.

APA

Nascimento, I. R. T. do., & Martins, C. M. da S. S. (Orgs.). (2021). *Extensão universitária e desenvolvimento territorial: aprendizados e experiências cearenses*. PRPI/UFCA. ISBN 978-65-88329-22-1. <http://ebooks.ufca.edu.br/catalogo>.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI**

Prof. Dr. Ricardo Luiz Lange Ness
Reitor

Profa. Dra. Laura. Hévila Inocêncio Leite
Vice-reitora e Pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Profa. Ms. Fabiana Aparecida Lazzarin
Pró-reitora de Extensão

Prof. Dr. Mateus Ferreira
Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Jeová Torres Silva Junior

Prof. Dr. Ives Romero Tavares do Nascimento

Profa. Dra. Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar
Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social

Apoio Institucional



Financiamento





LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS EM GESTÃO SOCIAL

Profa. Dra. Waléria Maria Menezes de Morais Alencar
Prof. Dr. Ives Romero Tavares do Nascimento
Coordenação do LIEGS – Programa de Extensão

Prof. Dr. Jeová Torres Silva Junior
Prof. Dr. Ives Romero Tavares do Nascimento
Coordenação do LIEGS – Grupo de Pesquisa

Ariadne Scalfoni Rigo
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Cleonísia Alves Rodrigues do Vale
Francisco Ranieri Moreira da Silva
Ives Romero Tavares do Nascimento
Jaqueline Dourado do Nascimento
Jeová Torres Silva Junior
João Martins de Oliveira Neto
Rebeca da Rocha Grangeiro
Waléria Maria Menezes de Morais Alencar

Pesquisadores

Brenner Alexandre Vieira
Carlos Leandro Soares Vieira
Cinthia Lima dos Santos
Eduardo Leite Alves
Fernanda Bastos Teixeira
Jaycilane Sandy Santana Matias
Leandro Pereira de Melo Bezerra
Lucas Emmanuel Nascimento Silva
Mairla Santos de Alencar
Manoel Bastos Gomes Neto
Patrick Wendell Barbosa Lessa
Priscila Araújo Silva
Raimundo Dalmir Luiz de Souza
Ramonita Santana Rodrigues Dantas
Thais Carioca Sampaio Carreira
Wegilla Pinheiro Inácio
Yuri Luanderson Lima Silva

Estudantes

Jailson Santana Carneiro
João Agostinho Neto
José Humberto Germano Correia Filho

Técnicos

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Dedicamos este livro a todas as pessoas que, apesar de todas as vicissitudes e reveses que compõem a história da extensão universitária do/no Brasil, nela ainda acreditam.

Agradecemos inicialmente aos autores e autoras dos textos que fazem parte desta obra, pois sem sua dedicação aos projetos que deram base aos relatos aqui expressados esta publicação não seria possível. Somos gratos à Universidade Federal do Cariri, suas pró-reitorias e demais setores pelo apoio institucional, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro. Sem estes, nosso trabalho não teria sido possível.

Sumário

<u>Apresentação</u>	7
Ives Romero Tavares do Nascimento	
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	
 <i>Capítulos</i>	
<u>Ensino e Desenvolvimento Territorial: Práticas Possíveis para a Emancipação e Protagonismo Popular</u>	8
Mônica Sales Barbosa	
Fabília de Sousa Barbosa	
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	
<u>Vivenciando a Extensão: a Experiência do NEDET com as Mulheres do Campo</u>	17
Maria Alane Pereira de Brito	
Rafaela Alves	
<u>Relação Afetiva Aluno-Campus Universitário em Situação de Distanciamento Social</u>	25
Fábio Pinheiro Pacheco	
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins	
Andersson de Castro Lima	
Jéssica Queiroz Fontes	
Zulmira Áurea Cruz Bomfim	
<u>Memória e Espaço Urbano: a Luta Pela Preservação Histórica de uma Comunidade Ameaçada de Desapropriação</u>	33
Fábio Pinheiro Pacheco	
Zulmira Áurea Cruz Bomfim	
<u>“A Universidade não é para mim”</u>: um Relato de Caso sobre Aproximação da Universidade Federal do Cariri com Jovens da Rede Pública na Cidade de Juazeiro do Norte/CE	41
Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar	
<u>Sobre os organizadores</u>	49

Apresentação

Este livro é um dos muitos resultados da produtiva ação da rede federal de ensino superior do Brasil, que se concretiza em ações de extensão universitária e capilariza a presença das universidades públicas em diferentes esferas da vida social. Por meio de relatos de experiência, todas as pessoas leitoras são convidadas a “passear” conosco pelo Ceará, indo do Sul em direção ao Norte do estado, e podem conhecer um pouco da contribuição da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e da Universidade Federal do Ceará (UFC) aos territórios onde estão instaladas e se integram às dinâmicas locais.

Os dois primeiros relatos, **Ensino e Desenvolvimento Territorial: Práticas Possíveis para a Emancipação e Protagonismo Popular**, de autoria de Mônica Sales Barbosa, Fabrícia de Sousa Barbosa e Cícera Mônica da Silva Sousa Martins e **Vivenciando a Extensão: a Experiência do NEDET com as Mulheres do Campo**, de Maria Alane Pereira de Brito e Rafaela Alves, apresentam atividades realizadas no âmbito do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET), parte da política pública de desenvolvimento territorial do Brasil que foi financiada pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário e descentralizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão de fomento ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Entre os anos de 2014 e 2016, o NEDET foi replicado em universidades e institutos federais de todo o país. Na UFCA, foi conduzido pelo LIEGS e contou com dois núcleos: um no Cariri Cearense, e outro no centro-Sul e Vale do Salgado. Os textos aqui nomeados fazem menção às contribuições do sul cearense.

Numa rápida “viagem” ao norte do Ceará, mais precisamente na região Metropolitana de Fortaleza, os dois textos seguintes, **Relação Afetiva Aluno-Campus Universitário em Situação de Distanciamento Social**, de autoria de Fábio Pinheiro Pacheco, Cícera Mônica da Silva Sousa Martins, Andersson de Castro Lima, Jéssica Queiroz Fontes e Zulmira Áurea Cruz Bomfim, como também **Memória e Espaço Urbano: a Luta Pela Preservação Histórica de uma Comunidade Ameaçada de Desapropriação**, escrito por Fábio Pinheiro Pacheco e Zulmira Áurea Cruz Bomfim, levam-nos a conhecer as ações empreendidas pelo Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus), ligado à UFC. Nestes dois trabalhos, conhecemos os alcances de dois projetos e intervenções de extensão universitária empreendidos pelo Laboratório, de modo a compreender que cabe, neste momento em que vivemos, cuidar das questões psicológicas das pessoas envolvidas em conflitos e dilemas socioeconômicos atuais.

Por fim, encerramos o livro com o relato muito emotivo de Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar, que volta rapidamente ao Cariri cearense para nos relatar – e relembrar! – que a ação da universidade pode e deve ser ativa no envolvimento das pessoas e na aproximação com as ações de nossas instituições universitárias, patrimônio da sociedade brasileira. Por isso, convidamos todas as pessoas a lerem **“A Universidade não é para mim”: um Relato de Caso sobre Aproximação da Universidade Federal do Cariri com Jovens da Rede Pública na Cidade de Juazeiro do Norte/CE.**

Boa leitura!

Ives Romero Tavares do Nascimento
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Os organizadores

Ensino e Desenvolvimento Territorial: Práticas possíveis para a emancipação e protagonismo popular

Mônica Sales Barbosa¹

Fabrcia de Sousa Barbosa²

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins³

1. INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência visa sistematizar e refletir sobre a atuação de ensino que o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) possibilitou no período de 2017.2. O NEDET foi um dos projetos que compuseram o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), que se configura enquanto programa de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Cariri. O laboratório foi criado em 2006 com o objetivo de ser um espaço para formação, articulação e difusão de conhecimentos em gestão social de forma interdisciplinar, a fim de, por meio de práticas e pesquisas, compreender e formular construções sobre este conceito (SILVA JUNIOR, 2008).

O relato em questão se dispôs por meio da análise de diários de bordo e das avaliações grupais que ocorriam posteriormente às intervenções. Desse modo, o objetivo do relato será explanar sobre a experiência vivenciada no NEDET durante uma experiência de estágio profissionalizante em Psicologia, tendo foco na construção de novos espaços que visem o empoderamento e participação popular, e também, contribuir para o desenvolvimento da gestão social na região.

2. GESTÃO SOCIAL

Para França Filho (2008), a gestão social indica um novo modelo de relação entre estado e sociedade no enfrentamento de desafios e podem ser explicadas a partir de duas dimensões. A primeira fala sobre o gerenciamento das necessidades e demandas sociais com soluções por via da própria sociedade através de suas auto-organizações e processos associativos. Já a segunda, supõe uma relação voltada a um nível organizacional, orientando ações para os gestores de forma responsável com a realidade local, e a partir de métodos conjunto à sociedade civil. Além desses, ela busca abarcar, segundo Carvalho (2012, p.43) temáticas como “governança das políticas e programas sociais públicos; a qualidade de bem-estar ofertada pela nação; a cultura política impregnada no fazer social; os processos de adesão dos sujeitos sociais implicados”. A fim de compreender melhor o texto em questão, serão apresentados a seguir conceitos recorrentes nas atividades do estágio de psicologia realizado no NEDET, são eles: Dialogicidade, participação social e cidadania deliberativa.

A dialogicidade ou deliberação dialógica aponta sobre a comunicação dos cidadãos, onde está presente a eticidade e a negociação em torno de uma temática comum. Ela tem como base a comunicação e o direito de voz a todos, permitindo em um espaço democrático um consenso entre

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Ex-estagiária do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UFCA). E-mail: fabriciabarbosa_fs@hotmail.com.

² Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Ex-estagiária do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UFCA). E-mail: monicanj123@gmail.com.

³ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS/UFC) e Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS/UFCA). E-mail: monicamartins_sousa@hotmail.com.

as pessoas presentes. Esse procedimento estabelece uma conexão interna, intersubjetiva, sobre as diferentes leituras da realidade (MUCCI; MAFRA, 2016).

A participação social ocorre quanto às diferentes camadas sociais participam de movimentos sociais, econômicos, culturais, permitindo que todas as pessoas construam seu cotidiano e façam parte desse processo. O intuito é incluir pessoas de todos os grupos na participação em espaços dialógicos a fim de possibilitar uma relação entre estas na resolução de conflitos semelhantes da realidade (BORDENAVE,1994).

Por fim, compreendendo o conceito e prática em sua variância, podemos aludir que gestão social envolve um processo de gerenciamento dialógico entre a participação popular e governamental na implicação das resoluções das necessidades do cotidiano, tornando evidente a importância da comunicação em seus processos, e do protagonismo das pessoas no processo de transformação social. Sobre isso, Tenório (2007), fala sobre Cidadania Deliberativa, que aponta sobre espaços em que a pessoa deseja participar e estar presente, onde, para além de reconhecer as demandas e clamar por melhorias, o cidadão se coloca implicado para pensar estratégias de resolvê-las. São implicados na gestão social temas como: democracia, empreendedorismo social, dialogicidade, economia solidária, políticas públicas, entre outros.

3. NÚCLEO DE EXTENSÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Núcleo de Extensão de Desenvolvimento Territorial surgiu em 2014, com o intuito de desenvolver ações de assessoria técnica com foco na avaliação, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas territoriais “Territórios da Cidadania” e “Territórios Rural”. O NEDET Cariri estava vinculado a Universidade Federal do Cariri, prestando apoio ao Território da Cidadania do Cariri, a partir de três assessorias: Assessoria de Gestão Social (ATGS), Assessoria de Inclusão Produtiva (ATIP) e Assessoria de Gênero e Juventude (ATGE).

De acordo com Silva, Schimitz e Piccin (2017), as assessorias aqui apresentadas correspondem a um apoio operacional, metodológico e técnico para colegiados de diversas cidades, a fim de fomentar que visem mobilizar os atores locais para participar das atividades dos colegiados territoriais. Ainda de acordo aos autores acima, o NEDET buscava estabelecer essa busca por meio de trocas de saberes plurais na perspectiva da democracia e equidade.

Fischer (2012) aponta que o termo de desenvolvimento Territorial se dá em pensar um processo de gestão contextualizado àquela localidade, ancorada territorialmente as formas de representação ali existentes, buscando de forma ativa, uma interlocução entre diversos atores sociais da população geral e governo. O intuito é encontrar interlocução e parcerias para desenvolver determinada região.

É focando nessas condições que o NEDET buscava realizar suas ações no campo de políticas e práticas que visam o desenvolvimento territorial. As atividades do projeto ocorreram em parceria com outros projetos ou equipamentos que os solicitem. O presente relato se aterá a ações desenvolvidas pela Assessoria de Gênero e Juventude do NEDET Cariri durante o ano de 2017, espaço onde foram desenvolvidas as atividades do estágio.

4. ATUAÇÃO DESENVOLVIDA JUNTO AO LIEGS

Serão explanadas a seguir as ações vivenciadas durante o período de 2017.2 do estágio profissionalizante em Psicologia. Tem por sequência três atividades: os Seminários sobre Saúde do Trabalhador Rural, a Intervenção Psicossocial sobre uso de álcool e outras drogas e Roda de conversa “Percepção, sentimento e emancipação da mulher frente o ciclo de violência”. Todas essas atividades

foram coordenadas pela assessora de gênero do NEDET Cariri, que também era a supervisora do campo de estágio em Psicologia.

4.1 Saúde Do Trabalhador

Foram executadas dentro dessa temática, cinco oficinas, sendo elas na cidade de Araripe, Assaré, Nova Olinda, Barbalha e Cariri, por meio da interlocução do NEDET, LIEGS, com o Instituto Flor do Pequi (IFP), da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE), e os sindicatos de trabalhadores rurais das cidades mencionadas. A equipe para essa atividade foi composta por estudantes da área de psicologia, medicina e administração pública, com participação de um representante do INSS do local, e teve como propósito abarcar por meio de palestras educativas, questões que envolviam o meio rural e trabalho, como: previdência social, riscos ocupacionais do trabalho rural, saúde mental e políticas públicas de saúde do trabalhador.

Os seminários promovidos buscaram estruturar suas ações tendo como conceitos bases a participação social, dialogicidade e cidadania deliberativa. O propósito destas foi levar informações, assim como tirar dúvidas, acerca das temáticas anteriormente citadas, propondo um diálogo entre as pessoas presentes. Foram explanadas questões relacionadas à Saúde do Trabalhador, Ergonomia do trabalho, riscos no manejo de agrotóxicos, segurança no trabalho e promoção da saúde mental no campo. Foi ressaltado à população presente a importância de repassar as informações obtidas às pessoas que não puderam estar no local. Como outros assuntos ligados a questão da saúde do trabalhador rural, levamos informações sobre políticas públicas voltadas a esse tema, como o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST). Foi dito sobre os serviços e formas de acesso, assim também, como disponibilizados panfletos e folders sobre o equipamento. Além disso, foi evidenciada a importância do acompanhamento de saúde nos postos de saúde.

A atividade foi executada desse modo, por refletir que são diversos os cuidados a serem tomados junto à população rural, como o acompanhamento aos equipamentos de saúde e o trabalho no roçado, onde o sol muito forte e os movimentos repetitivos são causas das doenças que mais ocorrem nesse meio, sendo nesse caso, o câncer de pele ou lesão muscular (MARTINS, 2010). A informação sobre os modos de cuidado é necessária por viabilizar estratégias para prevenção de doenças, assim como promover o cuidado da saúde e fomento de espaços dialógicos, como os sindicatos que oferecem espaço para trocas de saberes e informações que fomentam a qualidade de vida da população rural.

A saúde mental é atribuída aos meios urbanos, e a população rural é deixada a margem dos processos em saúde. A importância do enfoque a esse território consiste por compreender que a vulnerabilidade relativa à pobreza acaba por agravar ainda mais o padrão de vida das pessoas. E ainda que os indicadores apontem uma melhoria nas duas últimas décadas, se observa ainda forte fluxo de migração rural–urbana em decorrência das dificuldades de sobrevivência no campo. O olhar e inserção do saber científico nesse local, se dá por compreender a importância do desenvolvimento dessa população no seu lugar de afeto, e lhes garantir o direito de existir onde desejarem (DIMENSTEIN et al, 2017).

A população participante da atividade interagiu bastante durante as palestras e tirou dúvidas em relação as políticas públicas de acesso a suas necessidades. Também compreendeu os novos benefícios e obtiveram novas informações para o seu cotidiano no trabalho. Compreendemos que esse espaço de abertura para fala impulsiona a entrada das pessoas em locais de diálogo e questionamento sobre outros serviços.

4.2 Intervenção psicossocial sobre álcool e outras drogas

Essa atividade ocorreu em uma comunidade rural do município de Campos Sales, no Cariri, em interlocução do NEDET e do LIEGS com o Instituto Flor do Pequi, via solicitação dos próprios jovens da região. Esta atividade foi executada pelas estagiárias de psicologia e buscou discutir dentro da temática de drogas, os mitos e verdades que envolvem esse consumo. Como uma intervenção na zona rural e com adolescentes, a atividade foi adequada a essa ocasião, onde foi levado para início do diálogo, um jogo onde eles pudessem trazer suas perspectivas a respeito da temática. O jogo buscou trazer alguns estereótipos, como por exemplo, as de drogas mais perigosas serem as ilícitas, trazendo na conversa, explicações que pudessem levar a desconstrução disso, pois temos o álcool como o motivo que mais causa mortes no mundo.

É importante pensar em tal questão, por compreender que através da compreensão atribuída à realidade, as pessoas trazem em sua linguagem grande parte dessa significação, e é também por meio desta, que mudança pode ser gerada. Pensar nesse espaço que proponha cooperação entre as pessoas é perceber a importância de partilhar as visões da mesma realidade. Ao pensarmos na temática de drogas, devemos compreender dentro desse processo quais as questões sociais e culturais que determinam ou influenciam em como as relações sociais interagem com esse fenômeno.

Para além de um discurso de proibição, a psicologia nessa discussão deve propor espaços de diálogos para prevenção de agravos ou de incidências, dentro daquilo que se tem. Essa proposta, foca em compreender o indivíduo como centro do processo, saindo da perspectiva de “clínica do comando” que busca adaptar o sujeito a qualquer modo. A política de redução de danos busca um cuidado humanizado sobre a temática em substâncias psicotrópicas, atribuindo a responsabilidade pública no cuidado de grupos e famílias, e criando espaços que busquem romper os preconceitos que circundam as drogas, com a exclusão e a internação forçada (CFP, 2013). Além disso, o conselho aponta também que a redução de danos se pauta na autonomia, protagonismo cidadão, respeito às diferenças, e superação da perspectiva assistencialista nesse campo.

No caso da comunidade aqui referida, o tema foi trazido como uma demanda dos próprios jovens, trazendo a falta de lazer e o prazer que era dirigido ao espaço dos bares. Desse modo, se já fazia parte da sua realidade, as investidas no uso de álcool, a estratégia pensada, foi levar formas de diminuir os agravos da substância alcoólica no corpo, focando na redução de danos, como já explicitado, proporcionando um diálogo aberto acerca da questão, a fim de ampliar essa reflexão.

4.3 Oficina sobre violência de gênero

Esta oficina ocorreu em uma comunidade rural do município de Várzea Alegre, no Cariri, e funcionou com parceria do NEDET, LIEGS e FETRAECE. Tal demanda surgiu por parte do coletivo de mulheres rurais da FETRAECE e das agricultoras da comunidade receptora da ação. Inicialmente, o grupo de intervenção, composto pelas estagiárias e pela ATGE, se apresentou e foi então pedido que as pessoas presentes se dividissem em grupo para dialogar sobre violência contra a mulher para confeccionar um cartaz que representasse essa percepção. Após esse momento, as mulheres puderam apresentar seus cartazes, dando profundidade ao diálogo sobre violência. Trouxeram então as formas de violência como a física, a psicológica e a verbal. Nesse momento, também discutiram sobre a importância do respeito com as mulheres e como muitas vezes, ainda é pensado na violência como sendo apenas física. Após esse momento, as facilitadoras discutiram sobre a violência e suas nuances, assim também como modos de prevenção.

Foram trazidas também, as políticas públicas de apoio à mulher e quais equipamentos poderiam ser buscados, sendo nesse mesmo momento, efetuado grupalmente um cartaz que constava o mapa de políticas de assistência à região em questão, onde as mulheres participantes,

iam falando quais equipamentos tinham na localidade. Para finalizar, houve uma dinâmica de interação, onde as participantes puderam dizer o que sentiam pelas demais, propondo um momento de aproximação de vínculo e reconhecimento grupal.

A atividade foi pensada por compreender que o meio rural ainda é deixado à margem das questões sobre violência de gênero e que a atuação nesse espaço deve voltar-se à construção de uma rede de proteção e vínculo comunitário. Garantir o acesso às políticas públicas e equipamentos de apoio são atividades a serem fomentadas para assegurar equidade às mulheres da zona rural. Para isso, o conhecimento sobre a rede de apoio contra a violência e os espaços para diálogo sobre esse assunto, são indispensáveis nas ações de prevenção (CFP, 2013).

A violência contra a mulher decorre do papel social destinado a essa, como subjugada ao homem enquanto propriedade deste. Quando se fala sobre gênero e seus papéis históricos, percebe-se o lugar de influência, desde o nascimento. Esse, fala sobre o lugar que a mulher pode estar, o que fazer, ou como se portar. Romper com essas questões e problematizá-las em um espaço feminino é viabilizar novas formas de significar o mundo, e de atuar nele para a sua transformação. A violência contra a mulher, diante desse histórico, deixa marcas físicas e subjetivas na pessoa, que passa por um processo de humilhação e afastamento dos meios sociais, o que dificulta ainda mais a saída dessa mulher dessa situação (SAFFIOTI, 1997).

Quando relacionamos essa violência à mulher do campo, as implicações são ainda mais agravantes, pois envolve um lugar já excluído dos meios de discussões. Além disso, as políticas públicas e delegacias nem sempre são de fácil acesso, e a violência acaba sendo velada dentro de suas casas, perpetuando-se por meio da desinformação sobre as proteções de direitos, e muitas vezes, sem saber a quem buscar. O Conselho Federal de Psicologia (2012) aponta ainda que o rompimento dos ciclos de violência contra a mulher deve ser acompanhado do apoio para a ressignificação dos processos de humilhação que essa mulher vivenciou, além de fortalecer a rede de proteção a mulher por meio das informações necessárias. Desse modo, o papel social da mulher deve ser problematizado, a fim de que por meio do diálogo as pessoas possam se implicar no cotidiano e lutar diariamente sobre essas violências.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao analisarmos as atividades efetuadas apontamos alguns conceitos que fizeram parte das ações, como a dialogicidade, protagonismo, participação social e autonomia. Iniciaremos a seguir com ações que embasaram as atividades fazendo relação aos ideais citados anteriormente e leituras da gestão social, serão elas: Tecnologia social, participação popular e políticas públicas. Nesse caso, apontaremos a seguir estratégias em comum utilizadas nas três atividades.

5.1 Tecnologia Social

O primeiro passo das atividades condiz com a Tecnologia Social (TS) e esta, pode ser definida como a dimensão que busca compreender os problemas sociais a partir da realidade da própria localidade e atuar por meio de processos participativos junto à população, utilizando-se de estratégias que podem ser reaplicadas e mantidas pela população (DAGNINO, 2014).

Aponta-se nas intervenções do estágio, as considerações e adequações dos trabalhos nos espaços da zona rural. Antes de aprofundar-se na contextualização do espaço rural, é importante ressaltar que se pautando no conceito apresentando de TS, os espaços territoriais de vivências são singulares, assim como suas problemáticas. Por consequência, ainda que as atividades tenham sido baseadas em estratégias participativas em comum, cada atividade foi específica à realidade em

questão. Desse modo, pensando em zona rural e estratégias grupais as atividades do NEDET podem ser utilizadas para reaplicação, mas as temáticas envolvidas e mediação do diálogo devem ser construídas de acordo com aquilo levantado a partir dessa singularidade e participação comunitária.

A zona rural é um espaço pouco abordado em atuações de pesquisa e extensão universitária, o que invisibiliza os seus processos de vida e a atenção a população desse lugar. Além disso, ele ainda é compreendido em relação à contradição ao espaço urbano sendo muitas vezes construído popularmente como um espaço permeado por estigmas sobre a seca, fome, e pobreza extrema, sendo estas, porém, visões deturpadas e ultrapassadas da condição geral do espaço rural (LEITE; DIMENSTEIN, 2013). Podemos compreender esse lugar percebendo que o semiárido brasileiro é uma diversidade de música, clima, solo, arte, festa, religião e história, portanto, precisamos visualizá-lo de modo multifatorial (FARIAS, MARQUEZAN, 2016). Leite e Dimenstein (2013) apontam ainda que esse espaço de diversidade é dotado por signos e símbolos que são transformados pelas pessoas em afeto e que perpassam todo o espaço territorial e imaterial deste local.

Assim como a zona rural tem um contexto sociocultural específico, os grupos que nela se desenvolvem, também possuem características específicas. Góis (2008) aponta que trabalhar com grupos que se apresentam quanto minoria (nesse caso, a população da zona rural) é “atuar com maior profundidade, resolubilidade, e cidadania em dimensões usualmente pouco consideradas dentro de uma abordagem multidimensional e integral da saúde da população” (GÓIS, 2008, p. 174), como é percebido nas ações que foram promovidas pelo NEDET nas comunidades abordadas.

5.2 Políticas Públicas

Como relatado, nos três encontros também foram trazidas informações sobre as Políticas Públicas locais e a importância de incluí-las nas atividades, consiste em contemplar as políticas quanto espaços para efetivação e garantia de direitos, além de trazer à tona durante os diálogos as políticas disponíveis no território em questão. Sobre isso Tenório (2008) refere-se a um conceito importante para a compreensão de práticas inclusivas, a cidadania deliberativa. Este conceito, fala sobre a esfera pública enquanto espaço de mediação entre estado, sociedade e mercado, e na participação das pessoas nesses espaços por meio da compreensão destes, quanto lugar de diálogos e decisões.

Segundo Silva Júnior (2008), cidadania deliberativa é o processo no qual as decisões são baseadas em discussões, orientadas pelo princípio do pluralismo, igualdade e inclusão. A cidadania se trata da emancipação e participação social que está imbricada em aspectos culturais e políticos, na valorização da comunicação, e transparência na comunicação. Os processos de gestão social implicam a participação popular e construção mútua de uma nova realidade social. Ela possibilita pensar espaços onde os indivíduos possam estar em contato participativo com organizações ou espaços de discussões dando voz e vez para que esse indivíduo possa vir a tornar-se cidadão.

Para essa participação ser efetiva, podemos falar sobre os processos de transformação de indivíduo em sujeito, onde o indivíduo foca apenas em si mesmo, e no passo da transformação para sujeito, compreende o ambiente quanto espaço cooperativo (SPINK, 2011). Para que isso aconteça, o fortalecimento de vínculo no grupo é essencial para o desenvolvimento da autonomia e diálogo acerca das condições reais e possíveis soluções das problemáticas de uma população. Além disso, a inserção de um grupo interventor naquele lugar pode deixar e capacitar os participantes a facilitar também outros espaços por meio de estratégias simples, como no caso das atividades realizadas que foram utilizadas: dinâmicas, confecção de cartazes, roda de conversa e compartilhamento de sentimentos, e outros.

5.3 Participação Social e Avaliação

As temáticas demandadas pela população civil no projeto nos possibilitaram trabalhar com a participação popular por meio da interligação e diálogo do saber científico e saber popular, considerando que as pessoas estavam em seus espaços de vida e que em suas falas, traziam válidas considerações sobre as representações desse lugar. É com isso que podemos falar sobre os momentos práticos da atividade, onde por meio da preparação prévia (planejamento, estudos etc.), nos colocávamos naquele espaço quanto agentes externos e mediadores (GÓIS, 2008).

As ações realizadas foram pensadas a partir da perspectiva do planejamento participativo, o que contempla o que França Filho (2008) na gestão social denomina como dialogicidade, pois permite que vários saberes dialoguem de forma horizontal a fim de que novas reflexões venham a surgir. Portanto, estratégias que focam na participação ativa das pessoas facilitam espaços para um diálogo comprometido em torno daquela temática, e deixa evidente, que a comunicação pode continuar presente mesmo após a saída do grupo interventor.

A avaliação das atividades foi efetuada por meio das análises posteriores as atividades e da análise dos diários de bordo, além do acompanhamento em supervisão. Foi percebido, a partir da avaliação trazida pelos sujeitos contemplados pelas ações, que as metodologias se tornaram efetivas em relação a cumprir com um espaço democrático, pois tal questão pode ser evidenciada na participação e implicação das pessoas em participar das atividades propostas. Além disso, a implicação do afeto imbricado nos espaços demonstrou a cooperação e desenvolvimento mútuo gerado pelos vínculos construídos no mesmo espaço de vida.

Viu-se quanto potencial nas atividades, o lugar de ponte com os sindicatos, associações e outros órgãos, pois, por meio do trabalho conjunto, os objetivos para o desenvolvimento territorial tornaram-se possível além de viabilizar um diálogo posterior a atividade. A essa questão, Góis (2008) denomina *ponte ativa*. As pontes ativas em uma região denotam sobre o entrosamento de projetos com objetivos comuns, e ainda, a busca por equipamentos e órgãos que auxiliam na efetivação desse objetivo, como no caso de políticas públicas. As informações trazidas nas atividades dentro das temáticas visaram atuar de modo teórico e prático, unindo informações com dados reais que a comunidade tinha enquanto base. Esse aspecto foi tido quanto importante por compreender que a informação sobre os espaços direitos, são formas de contribuir para que essa população possa adentrar a esses novos serviços.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que cada território de atuação é singular, a apresentação e análise permitiram perceber que ainda que os métodos ou estratégias mudem mediante o contexto histórico do novo espaço, as ações com foco na tecnologia social, participação e informação sobre políticas públicas possibilitam uma inserção problematizadora e apoiadora no espaço. Os espaços dialógicos, que facilitam a troca de ideia e comunicação, apareceram durante todo o percurso como lugar que propicia autenticidade e fortalecimento de vínculos, onde por meio das vivências, é compartilhado dentre os participantes propostas de estratégias e soluções para problemas em comum.

Considera-se também, que as atividades com foco no diálogo e respeito a um espaço democrático de fala, é preciso ter também uma reflexão em relação à linguagem acadêmica no campo. Os estudos nas universidades e o cotidiano de escrita científicas e formais, acaba por deixar a desejar quanto o assunto é em relação ao contato com todas as populações. Reflete a condição de que a ciência se faz para uma classe social específica, tendo, pois, que ser quebrada, por meio da atuação dos profissionais, estagiários etc., nos diferentes lugares que ele adentra. Ter uma linguagem acessível para todas as pessoas é também uma forma de estabelecer a democracia, pois o interesse

não se dá apenas em fazer a população ouvir, mas preocupar-se se a mesma está compreendendo aquilo que é dito, abrindo espaço para perguntas e trocas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, M. C. B. Gestão Social: uma questão ainda em debate no século XXI. In: JUNQUEIRA, L. A. *et al* (Orgs.) **Gestão social: mobilizações e conexões**. 1. Ed. São Paulo: Editora LCTE, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Posicionamento Político do Conselho Federal de Psicologia relativo à Política de Drogas**. Brasília: CFP, 2013.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à mulher em situação de Violência**. Ed.1. Brasília: CFP, 2013.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grade: EDUEPB; Florianópolis: Ed. Insular, 2014.

DIMENSTEIN, M. *et al*. Condições de vida e saúde mental em contextos rurais. **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, v.16, n. 1, p. 151-158, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8651478/17524>. Acesso em: 07 jun. 21.

FARIAS, L. M; MARQUESAN, F. F. S. Educação (contextualizada) no Semiárido Nordeste. **Anais**. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre, RS, Brasil, 2016.

FISHER, T. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. **Rev. Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12 n. 1, p. 113-120, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100010. Acesso em: 07 jun. 21.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In SILVA JUNIOR *et al* (orgs.). **Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 26-35.

GÓIS, C.W. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo, SP: Hucitec, 2008.

LEITE, J. F.; DIMENSTEIN, M. (Orgs.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: Editora da UFRN, 2013.

MARTINS, A. M. A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Rev. Psicologia: ensino & formação**, v.1, n.1, p. 83-98, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612010000100008. Acesso em: 07 jun. 21.

MUCCI, C.B.M.R.; MAFRA, R.L.M. Pesquisa-ação e mediação dialógica como práticas metodológicas para emergência da ação comunicativa em Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 107-128, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tCFBgtXHZqMdkG676zSrhg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 21.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n.2, p. 59-79, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18789/13973>. Acesso em: 07 jun. 21. DOI: <https://doi.org/10.23925/l.v0i2.18789>

SILVA JÚNIOR, J. T. Descentrando a pesquisa: o laboratório interdisciplinar de estudos gestão social (LIEGS). In: SILVA JUNIOR *et al* (orgs.). **Gestão Social Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008, p. 165-176.

SILVA, T. L.; SCHMITZ, J. A. K.; PICCIN, M. B. Atuação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial no território Rural Vale do Rio Pardo: desafios enfrentados e perspectivas. **Revista em Gestão, Inovação e sustentabilidade**, Brasília, v. 3, n.1, p. 14-25, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/regis/article/view/13532/11858>. Acesso em: 07 jun. 21.

SPINK, M. J. P. Pessoa, indivíduo e sujeito: notas sobre efeitos discursivos de opções conceituais. In: SPINK, M. J. P., FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (orgs.). **Psicologia social e personalidade**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, pp. 1-22.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: Metodologias e casos**. 5 ed. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2007.

TENÓRIO, F.G. (Re)visitando o conceito de gestão social. In SILVA JUNIOR *et al* (org). **Gestão Social: Práticas em Debate, Teorias em Construção**. Fortaleza: Imprensa. 2008.

Vivenciando a Extensão: a Experiência do NEDET com as Mulheres do Campo

Maria Alane Pereira de Brito⁴

Rafaela Alves⁵

1. INTRODUÇÃO

Pensar o território a partir da questão de gênero é buscar identificar as desigualdades que se constituíram há vários séculos, advindas de uma cultura patriarcal, e construir alternativas para um desenvolvimento pautado na liberdade e autonomia das mulheres. No meio rural, estas desigualdades são muito mais visíveis, sobretudo no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, sendo “comum” encontrar nesse contexto, os homens responsáveis pelo trabalho produtivo (agricultura e pecuária) e as mulheres, pelo trabalho doméstico (cuidado com a casa, família, produção de pequenas hortas), cujas atividades nem sequer são contabilizadas em termos monetários.

Assim, considerar as relações sociais e políticas no âmbito da territorialidade é um fator importante para compreender essas problemáticas e assim aproximar e direcionar as políticas públicas para as determinadas realidades. Desse modo, em 2014, o Governo Federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), estruturou um programa objetivando fortalecer o desenvolvimento dos Territórios Rurais e dos Territórios da Cidadania, instituídos no país. Nesse sentido, buscaram-se parcerias com as universidades brasileiras para execução do programa, por meio da formação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs).

Com a implementação dos NEDETs, o propósito era contribuir, por meio da disponibilização de uma equipe de assessoria às ações territoriais, para o alcance da inclusão produtiva da agricultura familiar e para o exercício do controle social, de modo que ambos possibilitassem a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Nessa senda, a partir da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014, a Universidade Federal do Cariri (UFCA), por meio do Observatório de Políticas Públicas para Territórios (OPPTE), passou a integrar a estratégia NEDETs através das equipes Cariri e Centro Sul/Vale do Salgado. A primeira equipe atuando junto ao Território da Cidadania do Cariri e a segunda trabalhando junto ao Território Rural Centro Sul/Vale do Salgado. O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), vinculado a Universidade Federal do Cariri (UFCA), foi um projeto de extensão que buscava contribuir para o fortalecimento da abordagem territorial do Cariri e do Centro Sul/Vale do Salgado. A partir da identificação das limitações e potencialidades do território, a equipe técnica do NEDET desenvolvia atividades e ações de assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial, em conjunto com a comunidade rural e os coletivos de jovens e mulheres.

Com base no exposto, objetiva-se neste artigo relatar a experiência do NEDET/Cariri com as mulheres do campo a partir da vivência de extensionistas da UFCA, durante o ano de 2016. Para isto,

⁴ Graduada do Curso de Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: alanebrito95@gmail.com

⁵ Pós-Graduada do Curso de Direito Administrativo e Gestão Pública pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: rafaelaalvesadmpublica@gmail.com

será feito de forma breve: uma abordagem conceitual sobre o papel dos NEDETs; expostos referenciais relacionados à questão de gênero e a mulher do campo, a partir de um recorte territorial; retratado a importância das atividades de extensão universitária; e por último, apresentar as experiências resultantes da atuação do NEDET com as mulheres do campo da região do Cariri.

O trabalho tem uma abordagem qualitativa, pois há foco nos processos e admite-se que há influência recíproca entre o pesquisador e a pesquisa. O referencial teórico será desenvolvido com base na revisão bibliográfica realizadas em livros, revistas científicas, periódicos e sites do governo, com a finalidade de compreender os resultados empíricos obtidos a partir das experiências vivenciadas no NEDET, durante o ano de 2016. Ressalta-se que a pesquisa também possui um caráter descritivo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NEDETs: uma abordagem conceitual

Os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial foram unidades administrativas, distribuídas em vários estados, incluindo o estado do Ceará, com a função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais, englobando assim o Território Rural e o Território da Cidadania. O projeto surgiu através da parceria estabelecida entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA⁶, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (BRASIL, 2016).

O NEDET, em sua estrutura, propôs-se a contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, igualmente, busca promover a articulação das políticas públicas integrantes a matriz do Programa Territórios da Cidadania, por meio da conexão institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (BRASIL, 2014). No Ceará, a Universidade Federal do Cariri integrou a estratégia NEDETs através das equipes do Cariri e do Centro Sul/Vale do Salgado, a primeira atuando no Território da Cidadania e a segunda no Território Rural, respectivamente. O processo se deu através da aprovação do projeto multiterritorial submetido ao CNPq, viabilizando assim que o NEDET possuísse uma equipe maior, considerando que a sua área de atuação está expandida a vários territórios, conforme previsto no edital que poderia variar de dois a cinco lugares de atuação.

Durante o ano de 2016, possuía uma equipe composta por quatorze pessoas, fazendo parte do NEDET/Cariri sete pessoas e do NEDET Centro Sul/Vale do Salgado seis pessoas, e uma coordenadora geral dos núcleos. Ao todo se contabilizavam: duas coordenadoras de núcleo, dois assessores territoriais de gestão social, três assessoras territoriais de inclusão produtiva, três assessoras territoriais de gênero, dois bolsistas de iniciação científica, e uma bolsista de extensão ligada ao LIEGS/PROEX⁷.

O NEDET UFCA conseguia suscitar dentro do território a dimensão do desenvolvimento e da sustentabilidade trabalhando sob a perspectiva de tais objetivos e frentes de atuação:

⁶ A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead) do Brasil foi criada em 27 de maio de 2016 pelo decreto nº 8.780/2016, substituindo o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória nº 726/2016.

⁷ Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social/ Pró-Reitoria de Extensão.

1. Fortalecimento da Gestão Social nos processos de organização, funcionamento e governança das diversas instâncias colegiadas dos territórios da Cidadania do Cariri e Rural do Centro Sul/Vale do Salgado. 2. Fomento as estratégias de inclusão produtiva, desenvolvimento sustentável e convivência com o Semiárido. 3. Incentivo à participação das mulheres e juventude rurais nos colegiados territoriais dos territórios da Cidadania do Cariri e Rural do Centro Sul/Vale do Salgado. (NEDETs UFCA, 2015, s.p.).

Para esse estudo em questão, entende-se por território as discussões realizadas por Marília Steinberger et al (2013), a partir da teoria “miltoniana” sobre o conceito de território usado. Desse modo, compreende-se que o território usado vai além dos limites geográficos e paisagísticos que se podem vislumbrar, os chamados sistemas naturais. Acrescidos a essa abordagem incluem-se as pessoas, as instituições, e as transformações que o homem realiza no sistema natural, por exemplo, as construções de casas, prédios, estradas, pontes etc., denominado de sistemas artificiais.

Ainda sobre o conceito aludido, ressalta-se que além desse conjunto material, constituído pelos sistemas naturais e artificiais, o território possui elemento subjetivo, ou imaterial, que é indissociável da materialidade, como é o caso das relações sociais, das relações de poder e do sentimento de pertence ao território, ações estas que estão ligadas diretamente a vida em sociedade, e conseqüentemente ao uso do território.

A territorialidade é um processo de construção contínua que dá ao território um caráter único, uma identidade, características específicas que o distingue, que o diferencia de outros espaços. Ao entender a territorialidade como um processo em construção permanente, entende-se que este processo está sujeito a transformações, mudanças, ou, caso se deseje, revoluções ou reformas que o fazem vivo e objeto de desenvolvimento (IICA, 2003, p.22).

É nesse sentido que o NEDET contribuiu para o desenvolvimento territorial, reconhecendo-o como algo dinâmico, formado por pessoas que transformam a sua realidade. Conduzindo esta discussão ao desenvolvimento do território rural a partir da questão de gênero, percebe-se que as mulheres têm maior dificuldade de se inserir nesse ciclo de desenvolvimento, por uma série de fatores históricos.

Pode-se elencar a priori que a questão patriarcal presente na sociedade desde tempos remotos não foi extinta por completo, sendo ainda mais acirrada no contexto rural. A mulher por cuidar da casa e não ser remunerada por isso passa despercebido dentro do que se ‘entende’ por desenvolvimento. E conseqüentemente encontra dificuldades para ter o domínio da terra, conseguir financiamentos e participar das instâncias deliberativas.

2.2 Gênero e mulher do campo

Tendo em vista o contexto histórico da construção social dos gêneros, e o modo, como a cultura patriarcalista se implantou na sociedade ao longo dos anos, faz-se necessário um conjunto de métodos de reparação desse fato. O reconhecimento da necessidade de se pautar a questão da mulher, advém de uma longa luta dos movimentos sociais, que buscam até então uma igualdade entre homens e mulheres, no sentido social, econômico, político e cultural. A maneira mais concreta de reconhecer essa diferença que existe entre mulheres e homens na esfera social é através das políticas públicas.

Nesse sentido, faz-se importante compreender todo o processo de construção dessas políticas, iniciando pelos chamados movimentos sociais, que é um meio de reivindicação de direitos e construção de agendas com as demandas dos grupos sociais. Gohn (2000) define os movimentos sociais como ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes às diferentes classes e camadas da sociedade, que politizam suas demandas e “criam um campo

político de força social na sociedade civil” (GOHN, 2000, p. 13).

Ao se tratar de movimentos sociais na perspectiva de gênero, nos remetemos aos movimentos feministas, grupo(s) importantíssimo(s) na luta e conquista de direitos para as mulheres. Os Movimentos Feministas são, acima de tudo, a ação política das mulheres, que engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social, propondo que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo (SOARES, 2014). Esse conceito nos leva a refletir sobre as diversas condições sociais que as diferentes mulheres se encontram, tendo como sustentáculo, a desigualdade.

Nesse sentido, podemos discutir as inúmeras vertentes que esse movimento engloba, por existirem diferentes necessidades para cada condição social, e econômica que se encontram as mulheres. É o caso das mulheres do meio rural, que além da desigualdade entre os gêneros, sua principal luta advém do acesso à terra. As mulheres do campo buscam através do engajamento político, refletir sobre o seu papel na sociedade a fim de quebrar o paradigma da divisão do trabalho, onde a função da mulher é tipicamente o lar, reconhecendo assim que são também, trabalhadoras rurais. Além disso, a luta se abrange por reivindicações como: sindicalização, direitos previdenciários, participação política e fim da violência.

Sales (2007) ressalta, ao fazer uma abordagem histórica sobre a luta das mulheres do campo, que a organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, elas começam a debater sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa, percebendo que as atividades produtivas realizadas no grupo familiar têm um significado econômico, não são simplesmente uma ajuda.

No Nordeste, o movimento de mulheres rurais cresceu e acolheu multiplicidades de ideias expressas nos grupos organizados, entre eles o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MTR (SALES, 2007, p. 438).

De acordo com a autora supracitada, no Ceará, a criação de coletivos, pela Federação de Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará – FETRAECE e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará, proporcionou o encontro de lideranças e reflexões coletivas sobre as dificuldades específicas das trabalhadoras rurais que impedem o acesso delas aos diversos campos de decisão nos sindicatos, assentamentos e comunidades rurais.

No conjunto da população da região do Cariri cearense, 48,42% são do sexo masculino, enquanto 51,58% são do sexo feminino, além disso, considerando o perfil dos 29 municípios do Cariri cearense, pode-se concluir que o Cariri rural conta uma população bem superior aos atuais 30,55% reconhecidos oficialmente com base nos dados do IBGE⁸. Nesse contexto, o movimento de mulheres do campo na região do Cariri, tem crescido, especificamente, no âmbito do Comitê de Mulheres da FETRAECE, porém, enfrentam uma problemática de invisibilidade das suas atividades por falta de registro, o que propicia o encobrimento de suas ações, contudo a atuação do NEDET visa contribuir com esse aspecto, para que o território saiba da mobilização e engajamento dessas mulheres.

⁸ Dados retirados do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, do ano de 2017, p. 9 a 11.

2.3 Extensão Universitária

Ao se produzir conhecimento na universidade é necessário saber a finalidade da pesquisa, a quem vai servir, qual a legitimidade dos resultados alcançados a partir do objeto estudado, e assim por diante. Alguns desprezam a experiência, o conhecimento empírico, a própria população estudada, e dessa forma, realizam volumes de trabalhos com considerações distorcidas da realidade posta. A função da universidade, além de formar profissionais aptos para o exercício profissional, é formar cidadãos com consciência crítica, capazes de questionar, pensar soluções, transformar a realidade, e que sejam principalmente responsáveis e comprometidos com a coletividade. É nessa perspectiva que a universidade trabalha o pilar da Extensão integrado ao Ensino e a Pesquisa como algo primordial para o desenvolvimento acadêmico e setores da sociedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delinea no art. 207, a partir da Emenda Constitucional nº 11/96, que “as universidades gozam de autonomia didática-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Desse modo, compreende-se o quão importante é a extensão no contexto universitário, tendo em vista que esta garantia está posta no texto da Constituição, portanto, não pode ser alterada facilmente.

A institucionalização da Extensão Universitária permite reduzir a distância entre o que é produzido na universidade (o conhecimento) e as demandas da sociedade (os reais problemas sociais), contribuindo assim para revitalização da função social da academia (FORPROEX, 1987). Nesse processo de aprendizagem que ultrapassa os muros da universidade o ganho é recíproco, pois à medida que se ensina também se aprende com a comunidade, considerando que ambos detêm o conhecimento.

3. RELATO DE EXPERIENCIA DO NEDET COM AS MULHERES DO CAMPO

Ao vivenciar experiências com mulheres não só da zona rural, mas também de movimentos sociais e do poder público, através da Assessoria Técnica de Gênero do NEDET, tornou-se possível modificar um pouco, a maneira de olhar sobre as questões que envolvem a problemática social da disparidade de gênero. Durante o período de atuação do Núcleo com as mulheres da região do Cariri, realizaram-se encontros, oficinas, rodas de conversa, que possibilitaram o diálogo sobre as necessidades e demandas das mulheres, buscando também mecanismos para as suprir, colaborando assim para o fortalecimento do Coletivo de Mulheres da região.

É importante ressaltar que a articulação com esses grupos se deu a partir da parceria com a coordenação de mulheres da FETRAECE, a qual já trabalhava de forma contínua com grupos de mulheres da zona rural de toda a região do Cariri. Apesar dessa rede encontrar-se desmobilizada e enfraquecida nesse período, foi de suma importância o contato, pois facilitou o acesso aos mesmos, tornando-se também um dos objetivos de atuação da equipe.

Dentre as atividades realizadas, está a realização do **I Encontro Territorial de Mulheres do Cariri**, no dia 01 de março de 2016, que deu início a aproximação do NEDET com o Comitê de Mulheres já existente no território, o qual também se encontrava desarticulado, onde se apresentou o plano de trabalho da Assessoria Técnica de Gênero. Já o **II Encontro Territorial de Mulheres do Cariri**, aconteceu no dia 02 de março de 2017, tendo como mote o Protagonismo Feminino e sua relação com o Movimento Sindical Rural.

Imagem 01: II Encontro Territorial de Mulheres do Cariri



Fonte: Assessoria Técnica de Gênero, NEDET, 2016.

Em comemoração ao mês da mulher, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Assaré – CE convidou o NEDET para realizar uma oficina com as agricultoras da comunidade. Foram abordados temas como: **Uma análise histórica das conquistas do movimento sindical de mulheres; Motivação e autoestima; e Relações de gênero**, onde houve relatos emocionantes de casos de preconceito e machismo sofridos pelas mesmas, o que acarretou momentos de empatia, solidariedade e sororidade⁹.

Imagem 02: STTR de Assaré-CE



Fonte: Assessoria Técnica de Gênero, NEDET, 2016.

No dia 13 de setembro de 2016, o NEDET deu apoio ao Coletivo Regional de Mulheres Rurais da FETRAECE, a realizar junto a Central Única dos Trabalhadores Rurais (CUT) e o Coletivo Regional de Jovens Rurais da FETRAECE, uma oficina **sobre prevenção e promoção à saúde da mulher rural, tendo como foco o enfrentamento da violência doméstica.**

⁹ É um conceito utilizando bastante pelo feminismo para denominar a união entre as mulheres, baseado na empatia e no companheirismo.

Imagem 03: Oficina do Coletivo de Mulheres Rurais



Fonte: Assessoria Técnica de Gênero, NEDET, 2016.

Foi realizada uma formação nos 20 e 21 de julho de 2016 sobre: **Introdução à Economia Solidária** para os grupos produtivos de mulheres. Um encontro riquíssimo, que contou com a participação de mulheres de vários municípios da região do Cariri, onde puderam trocar experiências, e expor seus produtos.

Figura 04: Formação em Economia Solidária



Fonte: Assessoria Técnica de Gênero, NEDET, 2016.

Nesse processo formativo, aprendemos que com um olhar mais sensível e com abertura para ouvir as histórias das mulheres, reconhecemos que suas experiências são constituídas de uma multiplicidade de fatores relativos à formação sociocultural e econômica opressora, que aprisionam e as silenciam. Ouvir essas histórias constitui um passo importante da luta de mulheres, onde torna-se possível romper com o silenciamento e proporcionar maneiras de se emanciparem – juntas – e a construir suas vidas pautadas na busca por direitos e pela liberdade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível transformar realidades sem conhecê-las. A extensão universitária é o mecanismo mais preciso para construir essa ponte que conecta o saber científico ao tradicional, unindo-os para o bem comum. Nesse sentido, a atuação junto aos grupos de mulheres da região do nosso Cariri, através do NEDET foi um grande salto para a formação de gestores públicos¹⁰ conscientes de que é preciso ouvir e buscar compreender o universo do(s) outro(s), principalmente

¹⁰ Cita-se a gestão pública por ser a formação acadêmica das bolsistas que vivenciaram e relatam essa experiência.

no que diz respeito a feridas sociais históricas como a desigualdade de gênero.

Espera-se com esse trabalho, relatar essa experiência para que também possa ser espelho para tantas outras, ajudando assim a fortalecer essa rede, e construir novas redes de empoderamento feminino e de práticas extensionistas, dentro e fora do ambiente acadêmico, (trans)formando a sociedade num ambiente mais justo, empático e igualitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Parceria MDA / CNPq**. Distrito Federal: Brasília, 13 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.ifmg.edu.br/downloads/2014junho/Videoconfer%C3%AAncia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. **Portal dos NEDETS**, Territórios da Cidadania e NEDETS. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Distrito Federal: Brasília, 2016. Disponível em: <http://portaldosdados.info/wordpress/nedet-2/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun.2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>. Acesso em: 07 jun. 21. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2000v5n1p11>

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). **Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais**. Seminário Internacional – Documento-Síntese. Rio Grande do Norte: Natal, 2003. Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B1190p/B1190p.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

NEDETS UFCA. **FUNÇÕES NEDETS**. Blog Wordpress. Ceará: Juazeiro do Norte, 2015. Disponível em: <https://nedetsufca.wordpress.com/funcoes/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SALES, Celecina de Maria V. Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Disponível em: <https://cbd0282.files.wordpress.com/2014/05/feminismonobrasil.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. 328 p. ISBN: 85-64898-47-9.

Relação Afetiva Aluno-Campus Universitário em Situação de Distanciamento Social

Fábio Pinheiro Pacheco¹¹

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins¹²

Andersson de Castro Lima¹³

Jéssica Queiroz Fontes¹⁴

Zulmira Áurea Cruz Bomfim¹⁵

1. INTRODUÇÃO

O Programa Vida no *Campus*, vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) da Universidade Federal do Ceará (UFC), surgiu em 2006 com o objetivo de compreender a relação afetiva dos indivíduos com o ambiente da universidade. Rejeitando a dicotomia sujeito-ambiente, o Programa compreende que indivíduo e mundo se transformam mutuamente a partir de ações geradoras de significado (PACHECO; LIMA; BOMFIM, 2017). Para a compreensão dessa relação, o Programa se fundamenta na Psicologia Social de base Sócio-histórica (LANE; CODO, 2012) e na Psicologia Ambiental de vertente Transacionalista (GARCIA-MIRA, 1997).

A partir da Psicologia Social, adota-se uma compreensão dialética de mundo e de homem, entendendo este último como produto e produtor da história, rejeitando posturas positivistas e com ausência de uma perspectiva crítica, dando preferência à compressão da natureza processual, histórica e social do homem e suas relações com o outro e o mundo (LANE; CODO, 2012). Pela Psicologia Ambiental, busca-se analisar as inter-relações entre o indivíduo e o ambiente físico e social, enfatizando os processos afetivos e cognitivos que emergem da forma como as pessoas sentem, pensam e vivenciam o ambiente no qual estão inseridas (MOSER, 1998).

Na inter-relação homem-ambiente, observa-se, dialeticamente, a multidimensionalidade simbólica e material na construção da subjetividade do indivíduo e coletividade (MOSER, 1998), na qual, por meio da apropriação do espaço, o homem constrói e é “construído”, transformando o antes desconhecido em lugar de pertencimento e afeto (POL, 1996). A partir do prisma epistemológico sócio-histórico, é possível analisar, mais especificamente, a inter-relação aluno-*campi*, na qual discentes participam do processo contínuo de apropriação e identificação com o ambiente, transformando o espaço em lugar¹⁶ (TUAN, 1983). Nessa inter-relação, sentimentos de pertencimento e de estima são

¹¹ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS/UFC). E-mail: pfabiopinheiro@gmail.com.

¹² Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS/UFC) e Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS/UFC). E-mail: monicamartins_sousa@hotmail.com.

¹³ Discente do mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS/UFC). E-mail: lima.castro94@gmail.com.

¹⁴ Discente do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de extensão do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS/UFC). E-mail: jessicafontes@alu.ufc.br.

¹⁵ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS/UFC). E-mail: zulaurea@gmail.com.

¹⁶ De acordo com Tuan (1983), o espaço é um conceito abstrato, muitas vezes desconhecido e que abre margem para a exploração; já o lugar é um espaço apropriado pela pessoa, dotado de valor e significado, construído pela identificação que só seria possível através da afetividade. Com efeito, as pessoas vivenciam e se conectam com o *espaço* de forma subjetiva, transformando o mesmo em um *lugar* que provê segurança e perspectiva de crescimento.

indissociáveis no processo de desenvolvimento social e acadêmico dos estudantes (BOMFIM *et. al*, 2019).

Neste sentido, o Programa Vida no Campus vem trabalhando em três eixos principais, a saber: Afetividade, Acessibilidade e Sustentabilidade (PACHECO; LIMA; BOMFIM, 2017). Compreende-se sustentabilidade com atitude de lidar com “as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 1991, s/p), modelo que tem como base o respeito à diversidade socioambiental e promoção práticas promotoras da preservação e conservação de recursos naturais, de igualdade e justiça social (SACHS, 2009). Nesse sentido, o Programa trabalha no desenvolvimento de atividades que visem diminuir o impacto ambiental da universidade.

O eixo da acessibilidade privilegia intervenções que fomentem o engajamento dos segmentos universitários em ações promotoras de um ambiente mais acessível¹⁷, seja para estudantes, servidores ou para a comunidade externa. Por fim, o eixo da afetividade é o norteador de todos os trabalhos do programa, sendo a afetividade compreendida, a partir da Psicologia Social de vertente Sócio-histórica, como

[...] a tonalidade afetiva e a cor emocional que impregna a existência do ser humano e que se apresenta como: a) Sensação: reações moderadas de prazer e desprazer, que não faz referência a objetos específicos, b) A emoção, fenômeno afetivo intenso, breve e centrado nos fenômenos que interrompem o fluxo normal da conduta (SAWAIA, 2011, p. 100).

Ainda de acordo com Sawaia (2011), abordar a afetividade é abordar não apenas sujeitos enclausurados neles mesmos, mas sim os seus processos psicossociais (ou seja, relacionados às interações e aos arranjos comunitários/sociais) que marcam a gênese de seus sentimentos e de suas emoções. Dessa forma, considera-se mister a sondagem sobre os afetos da comunidade universitária acerca do seu ambiente educacional.

Diante do atual contexto pandêmico, onde casos de COVID-19 aumentam exponencialmente e, paralelamente, a maior parte da população brasileira continua sem perspectiva de vacinação, o distanciamento social¹⁸ permanece como medida profilática mais eficaz (WHO, 2021). Com isso, percebe-se que a possibilidade de enriquecimento e construção simbólica entre aluno-*campi*, em seus mais amplos arranjos, molda-se em um novo processo de apropriação (POL, 1996), deslocando-se a novos espaços, agora virtuais, fragmentados e dispersos, cobrando da comunidade acadêmica readaptação. Levando em consideração o aspecto de alteridade do isolamento na construção acadêmica, surge o questionamento de quais as implicações de tal contexto na relação afetiva aluno-campus universitário.

É válido salientar que a UFC seguiu os direcionamentos estabelecidos pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, a qual possibilitou a substituição das atividades presenciais por alternativas não presenciais que utilizem recursos digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais enquanto perdurar a suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais.

¹⁷ A acessibilidade é pertinente à promoção da inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) e pode ser definida, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112. Acesso em 21 mai. 2021.

¹⁸ Segundo o serviço de Telessaúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o distanciamento social é “a diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus”. Disponível em: https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/. Acesso em 21 maio. 2021.

Além da portaria citada, a UFC cumpre com as normas de segurança para os servidores públicos federais, instituídas por meio da Instrução Normativa nº 109, de 29 de outubro de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do Ministério da Economia, alterada pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 37, de 25 de março de 2021. Tal instrução normativa concede aos servidores o direito a permanecer em teletrabalho (também conhecido por *home office*), a depender das especificidades do serviço prestado.

Por fim, ressalta-se a necessidade de manter os cuidados e prevenir a propagação do novo coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), endossada pelo Comitê de Combate ao Coronavírus da UFC. Em resumo, a posição assumida pela universidade frente à pandemia de COVID-19 resultou na suspensão do trabalho presencial da maioria de seus servidores, bem como na suspensão da maioria das atividades presenciais realizadas por estudantes.

Tendo em vista esse cenário, o Programa Vida no *Campus*, enquanto projeto transversal e interdisciplinar, buscou também desenvolver ações de pesquisa e extensão a fim de cuidar das relações afetivas entre alunos, professores, funcionários e os *campi* da UFC durante o distanciamento social. Diante disso, esta pesquisa objetivou-se compreender as implicações sociais e afetivas da situação de distanciamento social na relação aluno-*campus* universitário, em contexto pandêmico.

2. MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa quantitativa realizada com alunos da UFC. No total, participaram 21 alunos, pertencentes ao *campus* Benfica. Para o levantamento dos dados, em maio de 2020, foi aplicado um questionário *online* juntamente com a Escala de Sentimento de Comunidade (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). A escolha de ambos os métodos de coleta de dados ocorreu para possibilitar a avaliação das formas de acesso e da vivência remota dos alunos com o *campus*.

O questionário foi composto por perguntas sobre o tempo de vinculação ao *campus*; a frequência de contato remoto com *campus*; as atividades que continua executando; os recursos e equipamento que tem utilizado para manter o contato; a avaliação da situação do distanciamento da universidade; a motivação quanto ao curso no período de distanciamento; e quais ambientes do *campus* mais fazem falta.

Quanto à Escala de Sentimento de Comunidade, essa oferece recursos para investigar a categoria Sentimento de Comunidade enquanto um construto componente das relações psicossociais, sendo esse definido como o modo como pessoas sentem-se pertencentes a um lugar; como fazem parte de um grupo; como sentem sua importância umas para as outras; como compartilham crenças, costumes e hábitos; e, em consequência da convivência, como se sentem protegidas e como consideram que suas necessidades são atendidas (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). O Sentido de Comunidade apresenta quatro dimensões principais, a saber, Filiação; Influência; Integração e Satisfação das Necessidades; e Ligações Emocionais Compartilhadas (MCMILLAN; CHAVIS, 1986). Tais dimensões encontram-se representadas pelos fatores da escala.

O instrumento contendo o questionário e a Escala de Sentimento de Comunidade foi construído via ferramenta virtual Google Forms®. Uma vez elaborado, o instrumento foi compartilhado *online* em grupos de WhatsApp® compostos por estudantes da UFC e na página do Locus no Instagram®. Foram permitidos a participar da pesquisa quaisquer estudantes que desejassem contribuir com o estudo. Para realizar a análise dos dados, utilizou-se da estatística descritiva na caracterização da amostra a partir dos fenômenos investigados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No contexto de pandemia ocasionada pela COVID-19, as ações presenciais do Programa foram reorientadas, principalmente porque o enfrentamento da doença necessita que estejamos todos em distanciamento social. Tendo isso em vista, o Programa Vida no *Campus* passou a refletir de que modo o distanciamento social afeta a relação da(o) aluna(o) com seu *campus* universitário e, conseqüentemente, com a sua formação.

Neste estudo, desenvolvido online, via formulário do Google®, participaram 21 estudantes, pertencentes aos cursos de Psicologia (12), Administração (02), Ciências Contábeis (02), História (02), Doutorado não especificado (01), Letras (01), Pedagogia (01), cursos aportados no Centro de Humanidades II (71,4%), na Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAC) (19%) e no Centro de Humanidades I (9,6%), que fazem parte do Campus Benfica. Temporalmente, tem-se que 42,9% dos estudantes estudam na UFC entre um a dois anos; 23,8% de dois a três anos; 23,8% tem de zero a um ano; 4,8% entre quatro a cinco anos; e 4,8% estuda há mais de cinco anos na UFC.

Conforme explicitado anteriormente, o Vida no *Campus* estrutura-se em três eixos: afetividade, acessibilidade e sustentabilidade. O eixo da afetividade é o norteador de todos os trabalhos do programa de extensão e diz respeito às sondagens sobre afetos dos sujeitos da comunidade universitária, crendo que o próprio levantamento de tais informações caracteriza-se como uma intervenção, por propiciar aos envolvidos um espaço de reflexão acerca das suas relações com a universidade (BOMFIM *et al.*, 2019).

Uma dimensão importante da afetividade diz respeito ao apego ao lugar, compreendido como um laço afetivo estabelecido entre a pessoa e o seu ambiente, promovendo no primeiro o desejo de estar próximo a esse local (GIULLIANI, 2004). Os laços afetivos dessa relação podem ser desenvolvidos a partir de três processos diferentes, a saber, I) apego *funcional*, referente aos aspectos físicos do ambiente como fatores de atratividade ou repulsão, sejam referentes a espaços naturais ou construídos; II) *simbólico*, como um conjunto de símbolos que medeiam a relação do sujeito com o ambiente; e III) *relacional/emocional*, referente aos aspectos da relação que o indivíduo estabelece com seus pares em um determinado ambiente, sendo essas relações motivo de vinculação ou desvinculação com o lugar.

Quando perguntados sobre os lugares que mais sentem falta¹⁹, os alunos apontaram: áreas de convivência, como cantina, corredores, pátios (18 estudantes); sala de aula (07 estudantes); Biblioteca e salas de estudos (06 estudantes); Laboratórios (04 estudantes); bosque/jardins (04 estudantes); todo o *campus* (03 estudantes). Percebe-se que os processos que mais se destacaram foram o emocional, com referências aos espaços de convivência; e os funcionais, com destaque para as salas de aulas e outros espaços voltados para atividades acadêmicas.

As duas dimensões do apego ao lugar citadas anteriormente estão presente em na imagem afetiva de Agradabilidade²⁰, que se refere a sentimentos de vinculação ao ambiente decorrentes da percepção de qualidades ambientais, sejam construídas ou naturais, que produzem a sensação de prazer; além de demarcarem a possibilidade de a pessoa ter oportunidades para atender às suas necessidades e desenvolver projetos de futuro (BOMFIM, 2010).

Com a análise da Escala de Sentido de Comunidade, observou-se que os alunos apresentaram alto índice de pertencimento aos *campi* universitários, tendo maior incidência de vinculação aos itens de engajamento/participação nos espaços e os laços afetivos construídos. com a qual obtivemos os resultados apresentados no Quadro 01:

¹⁹ No questionário, os participantes puderam apontar mais de um lugar.

²⁰ A imagem afetiva de Agradabilidade é uma das imagens afetivas que compõem a Estima de Lugar, categoria de investigação-ação socioambiental cunhada por Bomfim (2010) e que se define por uma síntese dos sentimentos, emoções, representações sociais e sensações psicofísicas promovidas pela relação com determinado ambiente.

Quadro 01 - Componentes da Escala de Sentido de Comunidade

COMPONENTE	ESCORE BRUTO	MÉDIA
Influência	181	8,6
Ligações Emocionais Compartilhadas	171	8,14
Filiação	170	8,09
Integração e Satisfação das Necessidades	168	8,0

Fonte: elaborado pelos próprios autores, 2020.

O componente de maior destaque é o de *Influência*, que apresenta um escore bruto de 181 e média de 8,6. Na *Influência*, as pessoas percebem que são importantes no grupo, de que fazem diferença no ambiente e podem influenciar nas decisões coletivas (MCMILLAN; CHAVIS, 1976). Infelizmente, os dados levantados não nos dão uma resposta específica acerca do porquê de esse componente ter se destacado.

No entanto, ressalta-se que a comunidade estudantil foi consultada pela Reitoria, na mesma época de coleta dos dados desta pesquisa, acerca de sua situação durante a pandemia²¹. A referida consulta da Reitoria resultou no Plano Pedagógico de Emergência (PPE), aprovado pelo Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE). O documento foi compreendido como algo que “assegura aos estudantes condições para acompanhar de forma efetiva as atividades didáticas (s/p)”²². Os eventos descritos podem fortalecer a percepção de que os estudantes são influentes quanto às decisões da comunidade acadêmica.

O segundo componente de destaque é do *Ligações Emocionais Compartilhadas*, que diz respeito às emoções, histórias e experiências partilhadas, geradoras de vínculos entre pessoas de uma mesma comunidade (MCMILLAN; CHAVIS, 1976). Neste componente, houve um escore total de 171, com média de 8,14. As Ligações Emocionais Compartilhadas encontram-se pertinentemente relacionadas aos lugares que fazem falta aos estudantes e que foram relatados no questionário aplicado. Quando perguntados sobre tais lugares, 18 estudantes (85,7%) apontaram as áreas de convivência, como cantina, corredores, pátios. Aponta-se que tais lugares possibilitam a aproximação entre os alunos, gerando maiores interações e, conseqüentemente, estreitam as conexões afetivas.

Em uma escala de destaque, no terceiro lugar está o componente de *Filiação*, que diz respeito ao indivíduo sentir-se pertencente ou de compartilhar um sentimento pessoal com um grupo (MCMILLAN; CHAVIS, 1976). Tratando de uma dimensão ambiental, pode-se compreender que esse componente está relacionado ao sentimento de pertença a um lugar²³. Acredita-se que, por conta do afastamento do campus, algumas relações grupais podem ter sido abaladas, diminuindo a interação entre os alunos. 47,6% dos alunos responderam ao questionário que mantêm contato com as amigas construídas na universidade apenas ocasionalmente, seguido por 19% que declararam raramente manter, 19% que afirmaram manter frequentemente e apenas 9,5% que relataram manter sempre. Apenas um estudante (4,8%) respondeu que nunca teve contato com outro amigo da universidade neste período.

²¹ “UFC não tem planejamento para atividades presenciais em 2020”. Disponível em <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2020/06/03/ufc-nao-tem-planejamento-para-atividades-presenciais-em-2020.html>. Acesso em 21 mai. 2021.

²² “Plano Pedagógico de Emergência (PPE) é aprovado em reunião pelo CEPE”. Disponível em: <https://prograd.ufc.br/pt/plano-pedagogico-de-emergencia-ppe-e-aprovado-em-reuniao-pelo-conselho-de-ensino-pesquisa-e-extensao/>. Acesso em 21 maio. 2021.

²³ Bomfim (2010) apresenta como parte da categoria de Estima de Lugar a imagem afetiva de Pertencimento, que é “manifesto por meio de sentimentos de pertença, de orgulho e de forte relação de identidade. O indivíduo tem dificuldade em se perceber distante e diferenciado do lugar. É comum a descrição do ambiente como o próprio lar e o desejo de permanência, bem como demonstrações de forte implicação com o lugar” (LIMA, 2019, p. 28).

É válido ressaltar que, para manter as amizades construídas na universidade, os alunos têm utilizado, principalmente, os recursos do WhatsApp, do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e e-mail, por meio de computadores e, majoritariamente, por celulares²⁴.

Ainda sobre o contato com pessoas da universidade, foi perguntado aos alunos se eles mantinham contato com os professores. 33,3% responderam raramente; 23,8% frequentemente; 19% nunca; 14,3% ocasionalmente e 9,5% sempre. Percebe-se, dessa forma, que a grande parte dos alunos interagem pouco com os professores, fator que também pode contribuir para uma sensação menor de ele estar integrado no contexto universitário.

Por fim, o componente de *Integração e Satisfação das Necessidades* diz respeito ao fato de que as pessoas podem sentir que suas necessidades são atendidas, a partir da integração, reconhecimento e articulação entre elas (MCMILLAN; CHAVIS, 1976). Giuliani (2004) aponta que o apego ao lugar também pode ser resultado de um processo e que há uma consideração positiva da qualidade do local ante às necessidades do indivíduo. Nesse ponto, importa se o ambiente é capaz de dar oportunidades de satisfação e realização aos indivíduos.

Em resposta ao questionário, os estudantes apontaram que, dentre os ambientes que mais sentem falta no ambiente universitário são a Sala de aula (07 estudantes); Biblioteca e salas de estudos (06 estudantes); Laboratórios (04 estudantes), totalizando 17 referências a locais que, com o desenvolvimento de atividades, pode-se compreender que possibilitam aos alunos alcançarem seus objetivos futuros, como a possibilidade de bolsas de estudos, conclusão do curso, qualificação profissional etc. Neste ponto, salienta-se ainda que o distanciamento do ambiente universitário foi considerado como uma vivência ruim (61,9% Ruim/Péssimo), tendo 47,6% dos alunos avaliado que o afastamento afeta diretamente a motivação para participar das atividades do seu curso de graduação.

Pode-se ainda pontuar que, durante o período inicial de distanciamento social, a maioria dos alunos (33,3%) afirmaram que não estavam desenvolvendo nenhuma atividade acadêmica. Os que responderam dar continuidade apontaram que estavam participando de reuniões do laboratório (19%), aulas (19%), atividades de extensão (19%), realizavam estudos individuais (4,8%) ou lia outros materiais de interesse pessoal (4,8%). Nesta questão, destacamos a importância dos laboratórios e núcleos de pesquisa por manter em ativo o vínculo dos alunos com a universidade. Observou-se que, mesmo com as atividades presenciais suspensas, as reuniões e atividades continuaram no formato online, tendo as suas ações de extensão e pesquisa reformuladas.

Quando nos remetemos às dificuldades de adaptação ao ensino à distância relatados pelos alunos vivenciadas no período de distanciamento social, tais perspectivas coadunam com os estudos de Dias e Pinto (2020) sobre os impactos da pandemia nos processos educacionais. As autoras relatam diversos obstáculos no processo de ensino aprendizagem, em especial de alunos em estado de vulnerabilidade socioeconômica, como falta de acesso à internet de qualidade ou aos dispositivos eletrônicos necessários para acompanhamento das aulas. Problemas relacionados à falta de ambientes de estudo adequado nas residências, a falta de convívio social com seus colegas de classe e questões relacionadas ao agravamento da saúde mental dos alunos durante o período pandêmico também são observadas como motivos que impulsionam a sensação de desagrado com as aulas à distância.

²⁴ A utilização de dispositivos móveis como *smartphones* e *tablets* mostra-se prevalente, visto que a UFC viu como alternativa para promover o acesso virtual dos estudantes às atividades letivas remotas a distribuição de *chips* de Internet a serem utilizados em tais aparelhos. Cf. “Chips de Internet começam a ser entregues a estudantes nesta segunda-feira (20); saiba como será o procedimento”. Disponível em <http://www.ufc.br/noticias/14828-chips-de-internet-comecam-a-ser-entregues-a-estudantes-na-segunda-feira-20-saiba-como-sera-o-procedimento>. Acesso em 21 maio. 2021.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudantes percebem o ambiente universitário como elemento importante, a nível subjetivo e estrutural, para desenvolver e fortalecer o engajamento nas atividades acadêmicas. Como mostraram os resultados, o contato com os professores e colegas foi muito afetado, podendo repercutir em uma fragilidade dos vínculos afetivos e desmotivação quanto ao andamento da formação. Por outro lado, percebeu-se que os alunos vinculados a laboratórios de pesquisas e núcleos de extensão, que continuam realizando suas atividades, mesmo que remotamente, mantêm sua identificação e pertencimento ao *campus* dialogando com os professores e demais setores. Com isso, é possível entender que os laços afetivos podem sofrer menos prejuízos com o distanciamento social, podendo evitar a desmotivação quanto ao curso.

Com a pesquisa, percebeu-se que outros fatores devem ser investigados, principalmente no que diz respeito ao acesso do universitário a equipamentos e serviços de Internet, visto que a falta de tais recursos pode prejudicar ainda mais a relação com o contexto universitário em contexto de isolamento social. Nesse sentido, salienta-se a importância de programas estudantis dentro da universidade orientados para a diminuição desses impactos, como a disponibilização de *chips* para o acesso à Internet.

Por fim, reconhecemos que nosso estudo é incipiente, tendo sido desenvolvido com uma amostra pequena e não representativa dos alunos do *campus* Benfica da UFC. É recomendável, posteriormente, a busca por um maior alcance desse setor, bem como dos setores da docência e dos demais servidores. Crê-se, no entanto, que parte do pouco retorno dos estudantes ao instrumento de coleta de dados aplicados nesta pesquisa – que ocorreu nos primeiros meses de distanciamento – relaciona-se à insuficiência de atitudes institucionais que dessem suporte aos estudantes para que tivessem acesso às atividades remotas. Ainda, destaca-se a necessidade de investigar com profundidade o contexto pandêmico a partir da perspectiva qualitativa, o que inclui sondar as percepções dos setores acadêmicos sobre a relação com o meio acadêmico no decorrer de todo o ano de afastamento.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade**: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: UFC, 2010.

BOMFIM, Z. A. C.; MAIA, C. M.; LIMA, A. C.; COSTA, A. C. A afetividade no contexto universitário: a relação de apego entre professores, estudantes e servidores com o campus. In: HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A.; PATO, C. (Orgs.). **Psicologia ambiental em contextos urbanos**. Florianópolis: Edições do bosque, 2019.

DIAS, É.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. 2020, v. 28, n. 108, p. 545-554, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>

GARCIA-MIRA, R. La Aportación de la Psicología Ambiental. In: GARCIA-MIRA, R. **La ciudad percibida**: Una Psicología Ambiental de los Barrios de A Coruña. Coruña, Espanha: Servicio de Publicacións, 1997.

GIULLIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. C.. **Psicologia e Ambiente**. São Paulo: Educ, 2004. p. 89-106.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: O homem em movimento** São Paulo, SP: Brasiliense, 2012.

LIMA, A. C. **Estima de lugar e território: construção de mapas afetivos de moradores do Timbó em Maracanaú-CE**. 2019. 92f. - TCC (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2019.

PACHECO, F. P.; LIMA, A. C; BOMFIM, Z. A. C. Entre isolamento e integração: atravessamentos afetivos da relação estudantes-campus universitário. In: GERMANO, I. M. P.; COLAÇO, V. F. M. **Anais do VII Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira**, Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017.

MCMILLAN, D. W.; CHAVIS, D. M.. Sense of community: A definition and theory. **American Journal of Community Psychology**, n.14, v.1, p. 6-23, 1986. DOI: [10.1002/1520-6629\(198601\)14:13.0.CO;2-I](https://doi.org/10.1002/1520-6629(198601)14:13.0.CO;2-I)

MOSER, G. Psicologia Ambiental. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 1, p. 121-130, 1998.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **Global research on coronavirus disease (COVID-19)**. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/global-research-on-novel-coronavirus-2019-ncov> . Acesso em 21 mai. 2021.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, L.; POL, E. (Orgs.), **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996. p.42-62.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Memória e Espaço Urbano: a Luta Pela Preservação Histórica de uma Comunidade Ameaçada de Desapropriação

Fábio Pinheiro Pacheco²⁵

Zulmira Áurea Cruz Bomfim²⁶

1. INTRODUÇÃO

A cidade é um patrimônio construído histórica e socialmente. No entanto, a sua apropriação, por parte das pessoas que vivem na cidade, ocorre de modo desigual, sendo a renda imobiliária e/ou a localização os causadores desse problema (MARICATO, 2015). Na psicologia, entende-se que a apropriação do espaço como um processo pelo qual as pessoas, ao transformar os espaços mediante suas ações, imprimem suas marcas e, ao mesmo tempo, incorporam-nos em seus processos cognitivos e afetivos (POL, 1996). Nesse processo, as pessoas atribuem qualidades aos espaços e, pela interação dialética, constituem suas identidades, orientam-se simbólica e afetivamente e articulam suas ações.

Assim como apontou Maricato, Pol (1996) compreende que a estrutura social atual busca, por meio das relações de poder, fazer com que poucos espaços sejam apropriados por parte de todos, diminuindo as implicações e mobilizações de defesas pelos lugares. Nesse sentido, a construção do espaço urbano se constitui em um processo conflitante, marcado pelo encontro de diversos interesses e visões, em que a representação da cidade se torna uma ardilosa construção ideológica (MARICATO, 2015).

Na elaboração de projetos urbanos, a parcela pobre das comunidades torna-se o alvo para as intervenções, no entanto não são esperadas melhorias estruturais como de saneamento básico ou de revitalização dos espaços públicos. A reestruturação e o embelezamento da cidade fundamentam-se, na maioria das vezes, em uma higienização social que realiza obras de reordenamento urbano com o foco na retirada das populações de menor renda de suas comunidades para que novos equipamentos urbanos de melhores aspectos paisagísticos substituam o feio cenário de pobreza, diminuindo os contrastes visuais, configurando-se, muitas vezes, como um processo de gentrificação.

Nesse estudo, apontamos a Vila Vicentina da Estância, comunidade situada na cidade de Fortaleza, como uma expressão desses processos de segregação socioespacial. Esta comunidade urbana, também como Vila Cinzenta, remonta da primeira metade do século XX, quando, por volta de 1938, pertencendo ao terceiro bairro de melhor Índice de Desenvolvimento Humano (0,860) de Fortaleza (IPLANFOR, 2020). Há alguns anos, os moradores vêm enfrentando ameaças de desapropriação por parte da instituição religiosa beneficente para quem o farmacêutico Dionísio Torres doou o terreno.

No campo jurídico, a desapropriação é uma medida pela qual o Poder Público, ou terceiros mediante acordo com a Lei, retira a posse de determinada propriedade sob a justificativa de utilidade pública ou interesse social. Para a Psicologia Ambiental, desapropriação é um processo ou meio de fazer com que os moradores não mais sintam que esses espaços lhes são pertencentes,

²⁵ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS/UFC). E-mail: pfabiopinheiro@gmail.com.

²⁶ Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (LOCUS/UFC). E-mail: zulaurea@gmail.com.

agindo alheios a eles (POL, 1996). Muitas vezes, a desapropriação do espaço, tanto física como sócio psicologicamente, contribui com a segregação socioespacial, tornando-se necessário compreender as relações pessoa-ambiente em contexto de desapropriação abrangendo as físicas, históricas, sociais, jurídico-políticas e socioafetivas (PACHECO; MARTINS; BOMFIM, 2020).

Acredita-se que a memória, com seus aspectos históricos, (BOSI, 1994; JODELET, 2002) pode ser categoria de análise tanto de aspectos relacionados às vinculações sujeito-comunidade como também de questões sociais e políticas que perpassam o contexto segregação socioespacial. Bosi (2004) aponta que o relato das memórias, por parte dos idosos, é um importante instrumento para termos acesso a outra versão da história, uma história não formal, como vemos em jornais e livros.

A memória aparece, então, como função social, sendo a fala do idoso uma ferramenta que sempre evoca uma experiência profunda, transpassada pela nostalgia, revolta, ressignificação pela desfiguração dos lugares, pela perda dos vínculos (BOSI, 1994). Neste estudo, as ameaças de remoção têm representado a inquietude, revolta e mobilização frente à possibilidade de rupturas no processo de construção histórica dos idosos, simbolicamente concretizada pela comunidade. Diante disso, este estudo objetiva discutir a história e o patrimônio cultural da Vila Vicentina, construindo os significados dos espaços a partir da memória.

2. MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, realizado em 2018 com 07 moradores da comunidade Vila Vicentina (Fortaleza, Ceará), sendo 06 mulheres e 01 homem, com idades entre 60 e 90 anos (média de 63 anos) e tempo de moradia entre 26 e 48 anos (média de 36 anos). Os participantes são mencionados neste estudo por nomes fictícios, atribuídos por eles mesmos. Para a obtenção das informações, realizou-se um Círculo de Cultura (FREIRE, 1983), no qual os moradores resgataram memórias sobre os aspectos históricos da comunidade e abordaram as suas vivências com a mesma, ressaltando as relações de vizinhança, as crenças, as emoções e os sentimentos em relação ao atual contexto de ameaças de desapropriação. A discussão foi gravada em áudio, sendo este transcrito para a análise.

3. A HISTÓRIA PSICOSSOCIAL DA VILA CINZENTA

O estudo da memória se torna importante para o estabelecimento de novas formas de vida sem rupturas brutais, unindo dialeticamente o presente, o passado e o futuro, compreendendo esse presente a partir de sua fundamentação no passado (JODELET, 2002). Estudar essa questão torna-se relevante, principalmente, conforme a autora (2002, p.31), para o “[...] estudo do modo como os indivíduos e os grupos se situam dentro de seus espaços de vida e como se ligam a eles - aqui, a cidade”. Neste estudo, contamos a história de como a Vila foi se constituindo, com base nas lembranças de seus moradores.

Atualmente, a comunidade está localizada em uma área com um melhores IDH de Fortaleza. No entanto, nem sempre foi assim, como aponta um cordel A História da Vila Cinzenta: “Num recanto de minha cidade / Num bairro pouco além / Quase desconhecido por todos / Porém pertencia a alguém. / Era de um homem bastante rico / Cheio de vida e fulgor / Era amigo da pobreza / Pois assim o demonstrou” (ALBUQUERQUE, 1980, p.1). Uma das principais motivações para a construção da Vila adveio principalmente, para atender viúvas pobres ou retirantes da seca (PACHECO, 2018). No cordel, Albuquerque (1980, p.1) conta que as casas foram construídas em um recanto distante da cidade, desconhecido pelas pessoas, “Abrigando inúmeros velhinhos / Sem teto, sem comida e sem lar”, a fim de que essas pessoas pudessem se fortalecer e continuar com suas vidas, superando as adversidades da pobreza. Quanto a estrutura especificamente das casas, tem-se que:

Cheguei não tinha energia, não tinha água, não tinha nada. Não tinha nem aparelho sanitário. [Só] aqueles aparelhos que faz de tijolo, que é só o buraco. [...] Também porque era só pra senhora de idade, né? Então tinha que ser assim, até para elas sentarem. Quando eu cheguei, ainda tinha fogão de barro (PARTICIPANTE MARGARIDA, 2018).

Considerando essas descrições, percebemos que os moradores constroem simbolismo do espaço independentemente da relevância estrutural ou arquitetônica que o lugar apresenta. Sobre estes espaços, torna-se importante a identidade social e a identidade de lugar (POL; VALERA, 1999). Esta última está relacionada aos processos de identificação que as pessoas e os grupos estabelecem com o ambiente urbano, podendo ser um bairro, uma área específica ou toda a cidade (POL, VALERA, 1999). A identidade social urbana revela características similares e diferenças entre essas pessoas e grupos que compartilham o mesmo ambiente, diferenciados em relação aos demais grupos e pessoas de outros lugares. O lugar também apresenta um conjunto de crenças e regras que regulam as relações sociais, como relata moradora Gordinha:

Quando eu cheguei aqui, ainda tinham as muitas pessoas que eram chamadas assistidas, inclusive moravam de duas em duas. Ser assistido tinha que fazer o que o administrador quisesse, dormir tal hora. Não era democracia. Era na ditadura. Se sua mãe ou avó morasse aqui na vila e fosse assistida, e você viesse visitar, tinha hora de ir embora. Porque você não estava pagando a taxa, vocês estavam morando de graça (PARTICIPANTE GORDINHA, 2018).

O estabelecimento de significado e sentidos, individuais e coletivos, relacionados aos lugares de vida, não se baseiam somente nas vivências diretas e na prática funcional ou subversiva que se desdobra. Há também o valor simbólico que essas pessoas e grupos atribuem ao lugar, “[...] construído pela cultura, pelas relações sociais, pelo jogo do poder” (JODELET, 2002, p.34). Nesse sentido, o estudo das lembranças dos idosos consiste em uma forma de compreensão psicossocial da memória (BOSI, 1994), por meio da qual é possível ter acesso a história social constituída ao longo do tempo, refletindo quadros de referências familiares, culturais, a história dos lugares e a forma de funcionamento da sociedade.

Com base nas memórias, pode-se observar os aspectos da identidade social urbana. Esta é marcada por seis principais dimensões, que constituem, em processo dinâmico, como fatores fundamentais para forjar uma subestrutura da identidade social (POL; VALERA, 1999). Na Vila, vemos a dimensão I) *territorial*, referente aos limites geográficos e as suas características, ao delimitá-la dentro do bairro Dionísio Torres; a II) *comportamental*, referente às práticas sociais compartilhadas pelas pessoas, identificadas pelas participações de reuniões, deveres enquanto vicentinos, regras de convivência na Vila etc.

Na dimensão III) *social*, referente às estruturas e configurações sociais; vemos que o modo de ingresso dos moradores dentro da comunidade poderia ser diferenciado, por exemplo, como assistido ou pagando uma taxa. No âmbito IV) *ideológico*, constituindo-se por meio dos valores, crenças e culturas compartilhadas, aparece nos valores da caridade e da benfeitoria aos pobres como norte para as ações, que foram se modificando com o tempo.

Na V) *psicossocial*, consistindo nas características típicas e estilos de vida dos moradores, há o hábito de conversar uns com os outros, a confiança estabelecida, ajuda mútua, a receptividade dos moradores etc. Por fim, na dimensão VI) *temporal*, configurando-se a partir do sentimento de compartilhar uma história em comum, como vemos na própria história aqui relatada, que se construiu por múltiplas vozes com unidade.

Com o passar do tempo, a área onde a comunidade se situa passou a ser bastante valorizada e a especulação imobiliária na região aumentou. Por conta disso, os moradores têm sofrido ameaças

de desapropriação, advindas da instituição beneficente que tomava de conta da comunidade. Inicialmente, as medidas realizadas contra os moradores se davam pela descaracterização dos espaços comuns, afetando as dimensões estruturais e simbólicas: “Água boa, a gente dava água pra todo mundo na época da falta d’água. Aí mandaram entupir o cacimbão” (PARTICIPANTE MARGARIDA, 2018). “Tinha caixa d’água [...] que abrangia a todos os moradores dos arredores, porque [tinha] a dificuldade da água, e tinha uma bomba” [...] Tinha o gabinete dentário e tinha uma enfermaria” (PARTICIPANTE ZIL, 2018). “Aqui tinha um telefone público também. Aí nessa caixa d’água. Nessa época, ninguém tinha telefone em casa, né? Aí todo mundo chamava os outros para ir atender telefone” (PARTICIPANTE CLÁUDIA, 2018). No Cordel, há referências a outros equipamentos que serviam para dar assistência às primeiras moradoras: “Ambulatório médico / Gabinete dentário / E uma pequena capela / Enfermaria e leitos com precisão / Gabinete do administrador / Tesouraria, secretaria/ E salão de recreação” (ALBUQUERQUE, 1980, p.3).

As transformações urbanísticas tanto podem ser processos drásticos e rápidos (decorrentes de fatores econômicos, por exemplo). Porém, as transformações/reconstrução de uma identidade social que possibilitem a coesão entre os membros e o estabelecimento de vínculos fortes é um processo demorado e até mesmo doloso para as pessoas que, neste ambiente, estabelecem relações capazes de atender suas necessidades pessoais, redes de apoio social (POL; VALERA, 1999). Dentre as consequências da perda dos referentes simbólicos da relação pessoa-ambiente, podem ser citadas a marginalização, o individualismo, a falta de solidariedade, o mal-estar pessoal e social (POL; VALERA, 1999).

No caso da Vila, os moradores têm relatado, principalmente, medo e insegurança: “Eu tenho muito medo de sair daqui. De ir pra um canto que eu não conheça. Aqui eu chego qualquer hora. Não tenho medo de dormir só. [...] Pensar em mudar pra outro canto eu já fico “meu Deus, como é que vai ser? Será que vai ser seguro” (PARTICIPANTE LUCIANA, 2018). Ainda quanto à questão da insegurança, os moradores relatam que já houve tentativa de roubo dentro da comunidade: “A casa estava destelhada ele [ladrão] subiu pela janela e destelhou, ainda quebrou o forro que tinha lá, pra descer, pegou umas coisas e voltou pelo menos canto” (PARTICIPANTE GORDINHA, 2018). Outro morador relata: “a ***** foi para um mercantil, quando chegou a porta estava arrombada” (PARTICIPANTE J., 2018).

Para enfrentar essas situações, principalmente as ameaças de desapropriação, os moradores que resistem à desapropriação organizaram o movimento Resistência Vila Vicentina, o que: “[...] provocou a união entre nós e eu acho que a cada dia que passa, eu me sinto mais incentivada a procurar apoiadores, meios, todas as formas de a gente ir em frente e chegar à vitória” (PARTICIPANTE CAPITÃ, 2018). Sobre este ponto, Jodelet (2002, p.38) aponta que a relação entre a memória e a cidade é atravessada pela identidade, seja por meio da identificação com o lugar ou seja pelas “[...] afirmações identitárias que são estabelecidas como respostas às imposições dos espaços coletivos pelos planos de urbanização”.

Dentre as lutas da comunidade, pode-se destacar como principais a regularização da Vila como uma Zona Especial de Interesse Social²⁷, prevista desde o Plano Diretor de Fortaleza de 2009 (IPLANFOR, 2020); e também o processo de tombamento da comunidade, por sua relevância histórica e social para a cidade de Fortaleza (DUARTE et al., 2017). Neste trabalho, daremos atenção ao segundo processo, de tombamento da comunidade.

²⁷ Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) consiste em uma ferramenta de combate às segregações socioespaciais, prevista em política pública nacional estabelecida pelo Estatuto da Cidade.

4. O TOMBAMENTO COMO FERRAMENTA DE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA COMUNIDADE

Os moradores vêm apostando na possibilidade de tombamento da comunidade como um passo à frente para conquista, não só pela permanência, mas também pela valorização das dimensões físicas, históricas e sociais da comunidade. Tomando como partida todas as memórias históricas até aqui relatadas, vemos que o simbolismo que o espaço tem para a vida das pessoas não deve ser entendido somente como um conceito teórico e abstrato necessário para a compreensão e explicação dos processos psicológicos (POL; VALERA, 1999).

Com base nessa compreensão, os autores apontam que, por meio do simbolismo do espaço, é possível também a explicação e a intervenção na gestão, criação e manutenção do espaço urbano, tanto a nível pessoal como coletivo. Nesse sentido, pensa-se que a Vila “[...] deve ser tombada porque é antiga, se torna um patrimônio histórico [...]. Ela tem vários sentidos do tombamento. Primeiro, se torna um patrimônio histórico, foi o primeiro conjunto da Aldeota²⁸ feito de mutirão. Segundo, porque ela iniciou a Aldeota” (PARTICIPANTE J., 2018).

Com as análises sobre os simbolismos, apreendidos a partir da memória dos moradores, vemos que a possibilidade de tombamento da Vila Vicentina apresenta-se como um instrumento efetivo na luta pela permanência dos moradores. Tem-se o tombamento como síntese da preservação de memória-histórias sobre modos de relações, modos de comunidades, modos de ser de Fortaleza; ou seja, uma síntese simbólica que reafirma a necessidade, no âmbito individual e coletivo, da

[...] valorização dos fenômenos da memória como mecanismo de defesa das identidades, mas também que existe aí uma grandeza que se abre para favorecer um desenvolvimento durável e que não seria apenas a memória dos lugares, mas também a memória dos costumes, a memória do modo de vida, memória das técnicas, que poderiam fazer o papel de algo que reforça e estabiliza, no sentido da duração e da proteção, a evolução social e material (JODELET, 2002, p.42)

O tombamento é uma medida de proteção do patrimônio, consistindo num processo administrativo do Poder Público com o objetivo de preservar o patrimônio cultural. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, concebe como patrimônio cultural brasileiro, de natureza material e imaterial, bens “[...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p.160). Na Vila, o processo começou pouco tempo depois da demolição, completa e parcial, de oito casas, em outubro de 2016. Por conta das mobilizações da Resistência Vila Vicentina e consequente visibilidade, no mesmo mês, a Secretaria de Cultura de Fortaleza recebeu três pedidos de tombamentos da comunidade, solicitados pelos vereadores Guilherme Sampaio (Partido dos Trabalhadores) e João Alfredo (Partido Socialismo e Liberdade) e pelo professor Romeu Duarte Junior, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo sido atendida esta última solicitação (PACHECO, 2018).

A iniciativa garantiu, provisoriamente, que a comunidade fosse tombada, evitando mais demolições. Para os moradores, o tombamento provisório de seis meses também significou poder “respirar mais tranquilamente” diante das ameaças; e um tempo a mais para encontrar outros meios para defender a permanência, uma vez que o bem tombado, mesmo que provisoriamente, “[...] não pode ser demolido, destruído ou mutilado, podendo unicamente, se necessário for, ser reparado ou restaurado” (FORTALEZA, 2008, p.6).

Obviamente, o tombamento de casas em zonas privilegiadas da cidade não consiste em um bom negócio para seus donos. Conforme Lemos (2013, p.94), “[...] o proprietário se sente prejudicado

²⁸ Por estar em uma região próxima à Aldeota, muitos moradores fazem referência a esse bairro, bem como ao bairro em que estão, oficialmente, localizados.

com a distinção muito honrosa para os outros, mas altamente danosa para si, já que seu patrimônio material viu-se repentinamente alcançado devido à inevitável desvalorização”, pois um imóvel com muitas restrições nada vale.

Em março de 2017, a Secretaria de Cultura de Fortaleza recebeu do Conselho Central de Fortaleza da Sociedade de São Vicente de Paulo e do Conselho Metropolitano de Fortaleza da Sociedade São Vicente de Paulo um pedido de impugnação da abertura do processo de tombamento. Os advogados dos conselhos apontaram que a Vila “[...] não possui aspectos estéticos, artísticos, científicos, arquitetônicos, paisagístico, ou quaisquer outros a serem preservados” (FORTALEZA, 2017, p.11), assim, seria um absurdo o tombamento em decorrência de uma relação tênue da comunidade com os fatos históricos relacionados à imagem de Dionísio Torres, farmacêutico que doou o terreno e cujo nome foi atribuído ao bairro onde a comunidade está situada. Para eles, “[...] **inviabilizaria o progresso, mumificaria a infraestrutura das cidades e engessaria o desenvolvimento urbano e social do país** (FORTALEZA, 2017, p, 11, grifo no original). A solicitação de impugnação não foi aceita, pois foi enviada fora do prazo após notificação.

Quanto ao processo de levantamento de informações para a elaboração do relatório, o professor Romeu Duarte (UFC) mobilizou alunos do curso de Arquitetura; o psicólogo Fábio Pacheco e a socióloga Aline Rocha, com os quais desenvolveu a *Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE* (DUARTE et al., 2017), com o intuito de construir uma fonte complementar de pesquisa para os estudos da Secretaria de Cultura. Dentre as justificativas para o tombamento, tem-se a relevância sócio-histórica do bem imóvel; sua pitoresca implantação em bairro alvo de intensa verticalização; a amenização ambiental que promove com sua presença verde e horizontal; e a rara tipologia arquitetônica em Fortaleza (DUARTE et al., 2017).

A história da Vila se entrelaça à história de crescimento do bairro Dionísio Torres e da própria cidade, uma vez que possibilitou a expansão da cidade para uma região, até então, pouco povoada (DUARTE et al., 2017; ALBUQUERQUE, 1980). Do ponto de vista estrutural, a comunidade apresenta uma organização horizontal que, juntamente com os aspectos paisagísticos (arborização das áreas internas e externas), atribuem valor ambiental ao bairro, este marcado pela crescente verticalização. Como observa um dos moradores:

Eu acho que uma cidade significa população e comunicação. No próprio instante que colocam umas torres e cerca de muros altos, acabou-se a comunicação. Acabou-se o sentido de cidade. Essas são umas das razões que eu acho que deve ser tombada. [...] Não só por nós precisar da moradia, mas pelo símbolo, porque se acabar essa Vila, acabou-se o símbolo do progresso da aldeota, do bairro, porque só tem arranha-céu (PARTICIPANTE J., 2018).

A verticalização nas cidades muda as formas de vida das pessoas, repercutindo nas relações familiares e de vizinhança e as relações com o solo e natureza, havendo uma intensa valorização da vida privada, diminuindo a relação indivíduo-sociedade (BERNAL; BOMFIM, MUDO, 2009). Para as autoras, nos lugares mais verticalizados, há uma “[...] substituição da ‘cultura das calçadas’ pela cultura do elevador” (p.264), que desagrega “o cidadão do resto da sua vizinhança, da rua, e muitas vezes da própria cidade (p.265).

Destaca-se, também, que os moradores, em sua maioria idosos, pertencem aos setores de baixa e média-baixa renda. Neste ponto, salienta-se que a sua permanência na comunidade ajuda a diminuir as segregações socioespaciais e enriquece as convivências de classes sociais diferentes no mesmo bairro (DUARTE et al., 2017). Com efeito, o pedido de tombamento para a Vila se ampara “[...] nos marcos do direito à cidade, considerando a importância da cidade como patrimônio ambiental que a todos pertence [...]” (DUARTE et al., 2017, p.50).

A contribuição à instrução de tombamento foi entregue à Secretaria de Cultura de Fortaleza no dia 23 de maio de 2017. Após a elaboração final do relatório de tombamento, a decisão definitiva deverá ser votada no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza. O prazo era de seis meses, mas até hoje, maio de 2021, não ocorreu a votação, o que faz ainda ecoar a fala de Gordinha (2018): “A gente tá lidando, de alguma forma, com os órgãos públicos. E eu vou dizer, viu? Eu não tenho totalmente credibilidade nesses órgãos públicos, não. A prefeitura até hoje não se manifestou, né?”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste estudo percebeu-se a importância do resgate histórico dos lugares, principalmente a partir da memória de quem vive no lugar há muitos anos. A memória, em especial dos idosos, permite-nos aproximar de uma dimensão da realidade social e cultural dos lugares, marcados por seus símbolos, culturas e afetos. Com efeito, a análise da dimensão histórica da apropriação dos espaços permite não só que os moradores fortaleçam os vínculos comunitários, estreitando e ampliando as redes de apoio, como também orienta a busca por meios e ferramentas que potencializam a luta pela permanência.

A partir do caso da Vila, percebe-se que os lugares que deveriam ser protegidos por leis, por conta da relevância histórica para a cidade, não estão fora dos interesses do mercado imobiliário. Na biografia da comunidade em questão, ainda há um outro fator que agrava ainda mais esse ataque a ela: a Vila Vicentina da Estância está localizada em uma Zona Especial de Interesse Social! A remoção da comunidade, além de uma destruição da história patrimonial de Fortaleza, também representaria um ataque direto às políticas públicas que visam à diminuição das segregações socioespaciais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. O. **A História da Vila Cinzenta**. Fortaleza, 1980.

BERNAL, C.; BOMFIM, Z. A. C.; MUDO, E. Vulnerabilidade, violência e pobreza na região metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

BOSI, É.. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DUARTE, R. et al. **Contribuição técnica ao tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE**. Fortaleza, 2017.

FORTALEZA. **Lei nº 9.347, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural e natural do município de Fortaleza, por meio do tombamento ou registro, cria o conselho municipal de proteção ao patrimônio histórico-cultural (comphic) e dá outras providências**. Fortaleza, 2008.

_____. Secretaria De Cultura De Fortaleza. **Pedido de impugnação da abertura do processo**

de tombamento da Vila Vicentina da Estância (Processo nº P430950/2016). Fortaleza, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IPLANFOR [Instituto de Planejamento de Fortaleza]. **Diagnóstico Socioeconômico, Histórico-cultural, Arquitetônico e Fundiário (Zeis Dionísio Torres).** Fortaleza, 2020.

JODELET, D. A cidade e a memória. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C.R.; RHEINGANTZ, P.A. (Orgs). **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

LEMOS, C. A. C.. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PACHECO, F. P. **Afetividade e implicações psicossociais vividas por moradores de uma comunidade ameaçada de desapropriação.** 2018. 231f. Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2018.

_____; MARTINS, C. M. S. S.; BOMFIM, Z. A. C. Contribuições da psicologia para a análise de desapropriações de comunidades dos espaços urbano e rural cearenses. **Revista de Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 132 - 140, 1 jul. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/43084/161674>. Acesso em: 07 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36517/10.36517/revpsiufc.11.2.2020.14>

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, L.; POL, E. (Orgs.), **Cognición, representación y apropiación del espacio.** Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996. p.42-62.

_____; VALERA, S.. Symbolisme de l'espace public et identité sociale. **Villes em Parallele**, v. 28 n. 29, p.13-33, 1999.

“A Universidade não é para mim”: um Relato de Caso sobre Aproximação da Universidade Federal do Cariri com Jovens da Rede Pública na Cidade de Juazeiro do Norte/CE

Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar²⁹

1. INTRODUÇÃO

A universidade está no centro do processo da inovação por meio da produção do conhecimento, com fins no desenvolvimento em seus territórios. A discussão dessas questões é urgente, considerando que estamos imersos em uma profunda crise global, que nos desafia a construir respostas por meio da interação de múltiplos saberes e atores, estando a universidade pública como principal agente de inovação pública e social, por meio das ações de pesquisa, ensino e extensão.

A UFCA surgiu em junho de 2013, como parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni que objetivava interiorizar as universidades federais e ampliar o acesso ao ensino superior público de qualidade). Consideramos que a interiorização das universidades públicas foi uma política pública assertiva para a democratização do ensino, sobretudo para famílias que há gerações não conseguiam chegar ao ensino superior, ocupando subempregos que perpetuavam as condições de desigualdade e exclusão social. A missão da UFCA vai ao encontro desses princípios: promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável.

Para alcançarmos de fato ações para o desenvolvimento territorial sustentável, é necessário atuar a partir de iniciativas criativas e inovadoras. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo demonstrar como os elementos de Inovação pública estão presentes nas práticas do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) que faz parte da Universidade Federal do Cariri, desde quando ainda era um *campus* avançado da Universidade Federal do Ceará. Trataremos aqui especificamente de um projeto denominado Gestão Social nas Escolas.

Antes de descrever a ação, é necessário tratar de um elemento conceitual que baliza a nossa prática, o conceito de desenvolvimento como liberdade. Para Sen (2010), o desenvolvimento só poderá acontecer quando todas as formas de privação forem retiradas tais como: fome, tirania política, morte prematura, ou seja, a desigualdades em todas as suas formas. Entre as diversas formas de privação, a falta de renda é a mais anunciada, mas há uma dimensão pouco falada: o processo de desqualificação social. Em uma cultura da rivalidade e meritocracia, apenas os mais fortes sobrevivem, aprofundando as relações de desigualdade social.

Para que as desigualdades sejam reduzidas é preciso um longo investimento na construção de uma nova cultura quando as pessoas possam retomar sua autoconfiança perdida durante longos processos de desqualificação e exclusão social. Nessa perspectiva de desenvolvimento de Sen (2010), há uma convocação para a construção de instrumentos inovadores para alcançarmos práticas de cidadania e a garantia de direitos.

O Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), desde o seu surgimento, anunciava os princípios da cidadania e democracia deliberativa em suas ações de extensão/pesquisa.

²⁹ Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB), Docente do curso de Administração Pública: Gestão Pública e Social da Universidade Federal do Cariri. Coordenadora geral do LIEGS/UFCA. E-mail: waleria.menezes@ufca.edu.br.

Gostaria de destacar a inovação como parte constituinte do LIEGS, quando o seu idealizador, professor Jeová Torres, decidiu inserir o caráter interdisciplinar como característica que o diferenciaria. De fato, a interdisciplinaridade é o reconhecimento da necessidade do diálogo inteligente entre diversas áreas com a finalidade de intervir na complexidade das questões sociais. Assim, mesmo o laboratório tendo sido originado dentro do curso de administração de empresas, sempre houve o reconhecimento da necessidade de outros saberes, como a psicologia, biblioteconomia, design, jornalismo, adm. publica.

Desse modo, o “I” do Liegs indicava não apenas interdisciplinaridade, mas INOVAÇÃO social, por permitir a troca de saberes, técnicas para criar estratégias para alcançar um objetivo comum. Buscar a inovação social sempre foi uma condição de atuação do LIEGS, haja vista o grande desafio da gestão social: construir espaços dialógicos, onde as pessoas pudessem decidir em favor do bem comum.

Foi assim que começou a trocar de saberes e técnicas. Eu, enquanto psicóloga social comunitária construí uma proposta juntamente a outros profissionais, trouxe a técnica do trabalho com grupos como forma de desenvolver habilidades como uso adequado da fala, negociação de conflitos, participação nos processos decisórios.

2. INOVAÇÃO EM CAMPO

Partindo dos pressupostos acima, gostaria de compartilhar uma das experiências do LIEGS: o Projeto Gestão Social nas Escolas (PGSE), que foi criado em 2011 com o objetivo incentivar o desenvolvimento do protagonismo juvenil no ambiente escolar. Suas ações têm como fim a autonomia e pertencimento territorial como elementos essenciais para alcançar o processo emancipatório. Para isso utilizamos métodos lúdicos como jogos cooperativos, rodas de conversa e vivências para educação para paz, sobretudo na sua parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no ano de 2014.

As ações com jovens de escolas públicas deixaram de ser uma atividade apenas do Laboratório e passaram a ser um princípio institucional. Em 2015, foi criada na Pró-reitora de Ensino da Universidade Federal do Cariri (PROEN/UFCA)³⁰ a Coordenadoria para o Fortalecimento da Qualidade do Ensino (CFOR), tendo como um dos seus eixos de atuação a aproximação da Universidade Federal do Cariri com o ensino médio público. A criação da CFOR está relacionada ao Plano Nacional de Educação, em vigor por meio da lei N° 13.005/2014 onde está previsto na Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, ação com juventude deixou de ser uma atuação específica do LIEGS – PGSE e passou ser uma ação em rede de diversos outros atores e programas de ensino, como o Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis (PACCE), o Programa de Ensino Tutorial (PET), o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUAP) e o Programa de Iniciação à Docência (PID). Desse modo, um dos objetivos dessa ação de extensão foi favorecer um encontro entre os jovens bolsistas dos diversos programas da UFCA inspirando os jovens das escolas públicas a seguir com seu projeto de vida dentro da universidade.

Essa ação é resultante de uma preocupação com baixo ingresso de alunos provenientes de instituições públicas de ensino médio na universidade pública. Realizamos uma pesquisa a partir do Programa PIBIC - EM com 400 alunos de uma escola pública localizada no Cariri e identificamos que

³⁰ Mais recentemente a Pró-reitoria de Ensino foi substituída pela Pró-reitoria de Graduação.

a falta de ingresso na universidade, estava relacionada a dois fatores:

1. O ingresso no ensino superior não fazia parte do projeto de vida dos jovens devido a entrada precoce no mercado de trabalho. Alguns afirmavam que era lugar para “filhinho de papai”, ou seja, pessoas privilegiadas.

2. Há ainda uma falta de informações acerca das características da universidade, como a forma de ingresso, a localização dos *campi*, a rotina das graduações ofertadas, dentre outras.

A estratégia adotada foi uma aproximação com os jovens que se tornarão parte da universidade, para que eles vivenciassem o *campus* antes mesmo do seu ingresso efetivo, minimizando as dúvidas sobre os cursos ofertados, tornando familiar a vida universitária. Essa aproximação aconteceu por ações dentro das escolas como: Rodas de conversa sobre juventude; os desafios da escolha profissional; conhecendo a UFCA: informação profissional, oficinas temáticas dos diversos cursos; visita ao *campus*.

O resultado esperado foi ampliar o número de matriculados nos diversos cursos, fomentando uma escolha mais madura dos jovens, podendo garantir a permanência e conclusão dos alunos nos cursos escolhidos. Cada grupo de alunos dos diversos cursos da UFCA ministrou oficinas, utilizando uma abordagem de caráter dialógico e de fácil compreensão, com o intuito de facilitar a interação dos alunos. Esses grupos atuaram em conjunto com professores e técnicos no PGSE, que orientaram as ações realizadas desde a fase de planejamento até a execução das oficinas.

Tabela 1- Etapas das ações desenvolvidas pela CFOR com foco no Ensino Médio Público

ETAPAS:

1. Articulação com diversos atores internos e externos da instituição Interno: Pró-reitorias de ensino, extensão, pesquisa e cultura; Externo: CREDE 19, escolas públicas de Juazeiro.
2. Formação em facilitação criativa para os estudantes da UFCA
3. Oficinas criativas sobre Mitos e verdades dos cursos. (Estudantes UFCA/ Ensino médio)
4. Avaliação com os atores envolvidos

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

3. ARTICULAÇÃO COM OS AGENTES INTERNOS E EXTERNOS

Para implementar essas ações foi realizado um processo de mobilização de parcerias internas e externas à instituição. A princípio, desenvolvemos uma ação integrada entre as diversas pró-reitorias e respectivos programas de bolsa, fortalecendo as parcerias internas. Realizamos o I Seminário de integração UFCA e ensino médio. Nesse encontro foi estabelecido um espaço dialógico entre os diversos atores presentes como professores e alunos da UFCA e escolas de ensino médio a partir de questões mobilizadoras: Qual Universidade a juventude do Cariri precisa? O que a Universidade já tem como potencialidades? O que será preciso para construir essa aproximação?

A partir desse levantamento foi elaborada uma proposta de intervenção. Seu principal objetivo foi desenvolver ações integradas entre as pró-reitorias para aproximar os jovens da vivência do campus universitário instigando a curiosidade, interesse de ser parte desse espaço. Apresentamos a Universidade aos jovens de forma lúdica e criativa em seus diversos aspectos, os auxiliando no processo de escolha profissional. Além da informação sobre os cursos foi apresentada a diversidade de ações e programas ofertados durante a graduação dentro do ensino, pesquisa, extensão e cultura

que favorece uma formação integrada dos sujeitos.

4. FORMAÇÃO EM FACILITAÇÃO CRIATIVA PARA OS ESTUDANTES DA UFCA

Após termos estabelecido as parcerias internas, iniciamos um longo processo de planejamento e elaboração de material para as oficinas que seriam desenvolvidas nas escolas. Recrutamos alunos oriundos dos diversos projetos (PGSE, PET, PACCE, NUAP, PID), além de alunos voluntários, que se interessaram em trabalhar sobre uma proposta de oficina que priorizasse o diálogo através de formas criativas. Para isso, eles passaram por um processo de formação em Facilitação Criativa, construindo ferramentas lúdicas, para levar a informação aos jovens das escolas de maneira divertida. Nessa atividade tivemos a participação de alunos de diversos cursos: Música, Biblioteconomia, Administração Pública, Design de Materiais, Administração de Empresas, Engenharia de Materiais e Civil e Medicina.

O objetivo dessas oficinas era fazer com que jovem da UFCA se reconectasse com a sua própria história de vida durante sua escolha profissional até a experiência dentro da universidade. Esse era um exercício empático para que eles conseguissem se conectar com os jovens do ensino médio. As experiências dos estudantes da UFCA foram relatadas a partir vários instrumentos de integração, como dinâmicas e jogos facilitando o processo de troca e interação entre os alunos.

A primeira atividade realizada visava verificar como se deu o processo de ingresso de cada um destes na universidade. Os estudantes formaram duplas, que dialogaram sobre três questões norteadoras: Como foi a sua escolha profissional? Quais os principais desafios enfrentados durante o ensino médio? Porque você está aqui na UFCA? A resposta tinha que ser apresentada durante um tempo específico e logo após os papéis (fala e escuta) eram trocados.

Na roda de discussão do processo, foi perguntado aos participantes como foi vivenciar os dois papéis, de ouvinte e falante, e muitos relataram ter tido dificuldades em ouvir o colega sem poder intervir e falaram que muitas das vezes, o falar é bem mais praticado do que o ouvir no seu dia a dia. Outro ponto tocado na discussão foi o fato de na hora de falar, alguns apresentaram dificuldades em sintetizar tantas informações em apenas um minuto.

Esses elementos foram relacionados com a realidade do projeto, onde as capacidades da escuta ativa e da fala objetiva são de grande importância na condução das oficinas nas escolas. Ao fim deste debate, foi pontuado o principal objetivo da dinâmica, promover a conexão entre os membros com o grupo através do diálogo. Nesse bojo, Alencar e Grangeiro (2012) afirmam que a Gestão Social fomenta espaços que possibilitam a participação ativa dos sujeitos em processos decisórios, por meio do diálogo problematizador e da fala contextualizada à realidade onde a população está inserida. A partir da legitimação da fala emancipatória do sujeito no seu espaço de vida, é possível que este possa contribuir com o desenvolvimento social a partir do exercício da cidadania.

Em seguida, realizamos a dinâmica “Que bom, que pena, que tal”, onde os alunos apontaram as potencialidades (que bom) e déficits (que pena) da universidade e depois propuseram soluções para o que era visto como negativo (que tal). A atividade foi realizada em três grupos de seis pessoas, partindo da técnica do “Stop”, onde eles tinham um determinado limite de tempo para responder as três colunas. Na discussão dos quadros, houve vários pontos de convergência como por exemplo as bolsas de pesquisa, ensino, extensão e cultura (positivo) e as condições precárias de mobilidade urbana (negativo).

Logo após, pedimos aos grupos que escrevessem em tarjetas, sete informações que não podem faltar quando eles forem falar sobre a UFCA nas escolas. Depois de confeccionarem o material, as tarjetas foram expostas para o grande grupo, organizadas posteriormente em categorias,

de acordo com a semelhança entre as ações citadas, onde os alunos e a facilitadoras discutiram onde cada tema se encaixava. Logo depois, os seis temas foram divididos e distribuídos entre os três grupos, que receberam a missão de elaborar uma apresentação criativa sobre estes temas.

Cada grupo ficou responsável por elaborar oficinas e apresentações, onde fossem expostas as propostas e características inerentes a seus respectivos cursos de graduação. Depois de formados, os grupos foram separados por centros, de acordo com a área de atuação.

5. CHEGANDO NAS ESCOLAS: OFICINAS CRIATIVAS SOBRE MITOS E VERDADES

As ações foram direcionadas para os alunos do terceiro ano das escolas CAIC e Presidente Geisel em Juazeiro do Norte/CE. Alunos de todos os cursos de graduação da universidade estiveram presentes representando seus respectivos institutos.

Na área de Ciências Exatas, representando o Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), foram inseridos os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Materiais e Agronomia. Na área de Ciências Sociais, representando o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), foram inseridos os cursos de Administração, Administração Pública e Biblioteconomia. Na área de Saúde, representando a Faculdade de Medicina (FAMED), foi incluído o curso de Medicina. Representando o Instituto Interdisciplinar Sociedade, Comunicação e Arte (IISCA), foram incluídos os cursos de Jornalismo, Filosofia, Música e Design. Representando o Instituto de Estudos do Semiárido (IESA), foi incluído o curso de História. Por fim, representando o Instituto de Formação de Educadores (IFE), foi incluído o curso de Ciências Naturais.

A metodologia utilizada pelos componentes do IISCA o uso de componentes audiovisuais e o emprego do diálogo direto entre os apresentadores e o público. A apresentação do curso de Jornalismo envolveu dinâmicas em grupo, exibição de vídeos tratando dos mitos e verdades sobre a profissão de jornalista. Os alunos de Filosofia prezaram pelo uso do diálogo, propondo maior interação durante a apresentação.

Os alunos de Música compuseram o “rap-repente”, uma apresentação musical expondo características sobre a graduação. Logo após, os graduandos fizeram uma dinâmica chamada “Mito ou Verdade”, onde apresentaram informações sobre o curso à plateia e indagaram se estas eram verdadeiras ou não. Já os alunos do Design buscaram chamar a atenção dos espectadores por meio de uma apresentação de instrumentos do curso, buscando apresentar os conteúdos relativos à graduação a partir de uma linguagem mais “jovial”, que fosse entendida facilmente pelo público-alvo.

Componentes do grupo do CCT, os alunos definiram que o uso de *slide* e a visualização dos cartazes produzidos para os cursos eram de extrema importância. Foi feito um planejamento prévio em relação ao tempo, dividindo o tempo da oficina entre a apresentação por parte dos integrantes do grupo e a participação do público nos diálogos mediados.

Os grupos do CCSA realizaram a troca de experiências sobre a escolha profissional e seus desafios durante o ensino médio. Também foi feita uma roda de conversa em que foram apresentados, respectivamente, os cursos de Biblioteconomia, Administração e Administração Pública.

Os representantes da FAMED propuseram uma metodologia de apresentação bastante lúdica, em forma de jogo, a partir da criação de um modelo de slide interativo baseado no programa televisivo “Show do Milhão”. Os graduandos elaboraram perguntas com assuntos relacionados ao curso de Medicina e as inseriram no slide, para que estas fossem respondidas pelos alunos que assistissem à apresentação.

A dinâmica ocorreu da seguinte maneira: Os apresentadores exibiam a pergunta para o público, convidando um dos alunos para ir ao computador e respondê-la. O aluno que se voluntariava a participar contava também com a ajuda de diversas dicas para facilitar a resolução do questionamento. Depois que o aluno respondia à pergunta, ao saber se respondeu corretamente ou não, os apresentadores explicavam o assunto da pergunta de forma mais abrangente e aprofundada, abrindo espaço para que o público pudesse tirar dúvidas em relação ao assunto abordado.

Para apresentar o IESA, foi utilizada a estratégia de exposição dialogada. O curso de História foi apresentado por meio de imagens relacionadas à graduação. O apresentador mediou diálogos com o público a partir das imagens no intuito de despertar a curiosidade dos espectadores e incentivá-los a tirar suas dúvidas.

A atuação dos integrantes do IFE no projeto consistiu em uma apresentação teatral, onde os alunos expuseram algumas curiosidades relacionadas ao curso de Ciências Naturais, bem como mostraram ao público os serviços de auxílio ofertados pela UFCA para facilitar a permanência dos graduandos e diminuir a evasão.

6. AVALIAÇÃO

Ao final das atividades realizamos rodas de conversas avaliativas com os diversos atores: alunos da UFCA, jovens do Ensino Médio e gestores da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e UFCA. Sobre os jovens da UFCA, observamos que as experiências vivenciadas despertaram potencialidades como a criatividade, o espírito de equipe e a capacidade de promover uma boa interlocução com os jovens do ensino médio. Assim, houve o desenvolvimento de novas habilidades para o amadurecimento profissional e na construção da autoconfiança - conforme os trechos de relatos abaixo:

Treinei a minha capacidade de observação, porque às vezes sou ansioso, agora, escutei mais do que falei (...). Aprendi a ser conciso e me organizar no tempo que tenho (Aluno do curso de Administração).

Aprendi a fazer planejamento para tanta reunião... ficava pensando para que serve tanta reunião... Agora eu sei! Quando eu for fazer a semana de Engenharia Civil, vou planejar bem direitinho (Aluno do curso de Engenharia Civil).

Além dos resultados identificados nos jovens da UFCA, percebemos os efeitos das oficinas nos jovens do ensino médio. Eles referiram que houve redução das dúvidas e adquiriram uma nova visão sobre o funcionamento do ensino superior. Desta forma, percebemos que ao término os jovens foram incentivados a ingressar na universidade.

Foi muito legal porque a partir das informações trazidas eles conseguiram ver que adm. pública era o que ele queria mesmo (Aluna do curso de Administração Pública, ano).

Com as dinâmicas eles ficaram interessados no curso de Biblioteconomia. É muito bom falar do que a gente gosta, foi muito bom! (Aluna do curso de Biblioteconomia).

Embora as ações realizadas tenham apresentado resultados satisfatórios, vale salientar que enfrentamos algumas dificuldades durante a execução das atividades, como os desafios do manejo de grupo devido a dispersão de uma parte dos jovens durante algumas oficinas.

Me senti incomodada quando eles não prestaram atenção em mim. Acho que preciso ter mais respeito e paciência com eles. Eu também aprendi a lidar melhor com o tempo. Teve uma hora que precisei dividir meu tempo com a colega e consegui (Aluna do curso de Jornalismo).

Outro entrave relatado pelos jovens da UFCA foi o fato de que mesmo com as informações cedidas por nós, alguns jovens do ensino médio ainda se mostraram contrários à ideia de ingressar no ensino superior, pois alegavam que com a idade que tinham já deviam estar trabalhando e não desejavam investir seu tempo nos estudos.

Também ocorreram problemas com relação aos equipamentos utilizados para reprodução de mídia, como caixas de som, que em algumas apresentações apresentaram defeitos, dificultando a execução das oficinas. Sobre os jovens do Ensino Médio (EM), um dos resultados que mais nos chamou atenção foi a falta de informação sobre a universidade observados nos relatos a seguir:

Muitas pessoas não conheciam a UFCA, sabiam mais das faculdades particulares (Jovem EM).

Eu não sabia que a UFCA era de graça. Não tinha noção! (jovem EM).

Fiquei impressionada com as oficinas, explicou não só o local, mas o que temos de direito. Nossa! Soubemos dos cursos de forma detalhada. Informaram do SISU. Para mim desmistificou muito, eu achava impossível entrar na Federal (Jovem EM).

As oficinas me ajudaram a acreditar que eu posso entrar na universidade (Jovem EM).

Não tinha noção o que era a universidade! Eu achava que era igual ao ensino médio (Jovem EM).

Ao finalizar as ações foi realizada uma reunião de avaliação entre os membros da CREDE 19 e a universidade, onde foram emitidas as seguintes impressões:

Antes a entrada era quase inexistente. Os nossos números mudaram. Aumentamos em sete vezes o ingresso na UFCA (Gestora A, CREDE 19, ano)

Os meninos sentiam a distância da universidade, nossos jovens achavam que não tinham condições de passar, agora, eles pensam diferente (Gestora B, CREDE 19, ano)

Agora podemos dizer que a universidade é nossa! Nos sentimos acolhidos aqui.” (Gestora C, CREDE19)

A Pró-Reitora de ensino da Universidade Federal do Cariri também indica mudanças nos números de ingresso no ano seguinte ao projeto.

Em 2016 ocupamos 100% das nossas vagas. Em reunião com o MEC fui questionada como consegui esse feito, e logo respondi, fizemos um intenso trabalho de aproximação com o ensino médio (Pró- Reitora de Ensino UFCA).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa ação de extensão e pesquisa, teve como objetivo aproximação da universidade dos jovens da rede pública de ensino. Essa preocupação estava relacionada ao fato de, mesmo havendo uma cota de 50% de ocupação das vagas para estudantes das escolas públicas, esse número não

era alcançado. Além dessa constatação, o Plano Nacional de Educação, previa em sua meta 12 a ampliação do ingresso e permanência do segmento público nas universidades públicas. Diante deste desafio a UFCA criou a Coordenadoria de Fortalecimento da Qualidade do Ensino/CFOR, que articulou junto ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social e demais programas de ensino uma ação articulada entre diversas Pró-reitorias para alcançar jovens do ensino público para fomentar o ingresso e a permanência na UFCA. As ações que envolveram estudantes da UFCA e os jovens do ensino médio promoveram a aproximação necessária, para esclarecer mitos e verdades sobre os cursos e a vivência dentro da universidade.

Destaco que a inovação esteve a ampla articulação institucional, criando uma organicidade na intervenção de tal forma que podemos identificar o diálogo entre os diversos cursos e programas de ensino. Essa ampla troca de experiência fez com que os estudantes pudessem escutar de forma empática as diversas experiências de outros institutos possibilitando maior afinidade e integração. Além disso, identifiquei o desenvolvimento de novas habilidades para a prática profissional como planejamento e execução de oficinas, condução de grupos com jovens, desenvoltura em falar em público, a capacidade de identificar demandas e estratégias de enfrentamento.

As oficinas de informação profissional favoreceram uma retomada do projeto de vida pelos jovens do ensino médio. projeto de vida enfraquecido pelo discurso social de que a universidade é apenas para quem tem dinheiro, porque eles precisavam trabalhar. A necessidade de ingressar no mercado de trabalho é de fato uma realidade, mas por meio das oficinas, eles conheceram os programas de bolsa e formas diversas de permanência na universidade. Além dessa falta de perspectiva alguns afirmavam não conhecer os cursos que havia na Universidade, nem mesmo o fato de ser gratuita. Os resultados foram observados com o aumento do ingresso do segmento público na universidade alcançando a democratização do ensino de tal modo a proporcionar que jovens possam sair da condição de desigualdade e desqualificação social.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, W.; GRANGEIRO, R. Os desafios da cidadania deliberativa: um estudo de caso sobre a participação dos jovens do Projeto Gestão Social nas Escolas. **Pensamento & Realidade**, n.27(2), p.41-55, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/12647/9210>. Acesso em: 07 jun. 21.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 07 jun. 21.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Sobre os organizadores


Ives Romero Tavares do Nascimento



Professor Efetivo do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (CCSA/UFCA). Possui Doutorado e Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2018; 2013), Graduação em Administração pela Universidade Federal do Ceará (2010) e em Direito pela Universidade Regional do Cariri (2007). Realizou Doutorado Sanduíche (estágio doutoral) no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP/ULISBOA) no ano de 2017, com apoio do Programa PDSE/CAPES. Atualmente é Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI) da Fundação Cearense de

Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). É líder do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) enquanto Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq e certificado pela UFCA.

Currículo Lattes : <http://lattes.cnpq.br/1705135581393915>


Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-3314-6618>

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins



Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Possui graduação em Psicologia pela Faculdade Leão Sampaio (2014), especialização em Políticas Públicas em Saúde Coletiva pela Universidade Regional do Cariri (2016) e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2020). Está vinculada a dois núcleos de pesquisa: o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS-UFCA) e o Laboratório de Psicologia Ambiental (LOCUS-UFC). Membro da *Red Latinoamericana de Psicología Rural*. Sua área de atuação é relacionada à Psicologia Social Comunitária, Psicologia Ambiental, Gestão Social, Políticas Públicas e Estudos em contextos rurais.

Currículo Lattes : <http://lattes.cnpq.br/4057474289308489>

Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-1773-0061>



UFCA PRPI
Pró-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Inovação

 **CNPq**
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico


F U N C A P